

Rodovias do Brasil Holding S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	20
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	25
Demonstrações dos resultados individuais e consolidados	26
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados	27
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados	28
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas	29
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados	30
Notas explicativas da Administração às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	31

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026 - É com grande satisfação que a Rodovias do Brasil Holding S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao quarto trimestre de 2025 ("4T25") versus o quarto trimestre de 2024 ("4T24"), e aos exercícios de 2025 e de 2024.

1. Apresentação

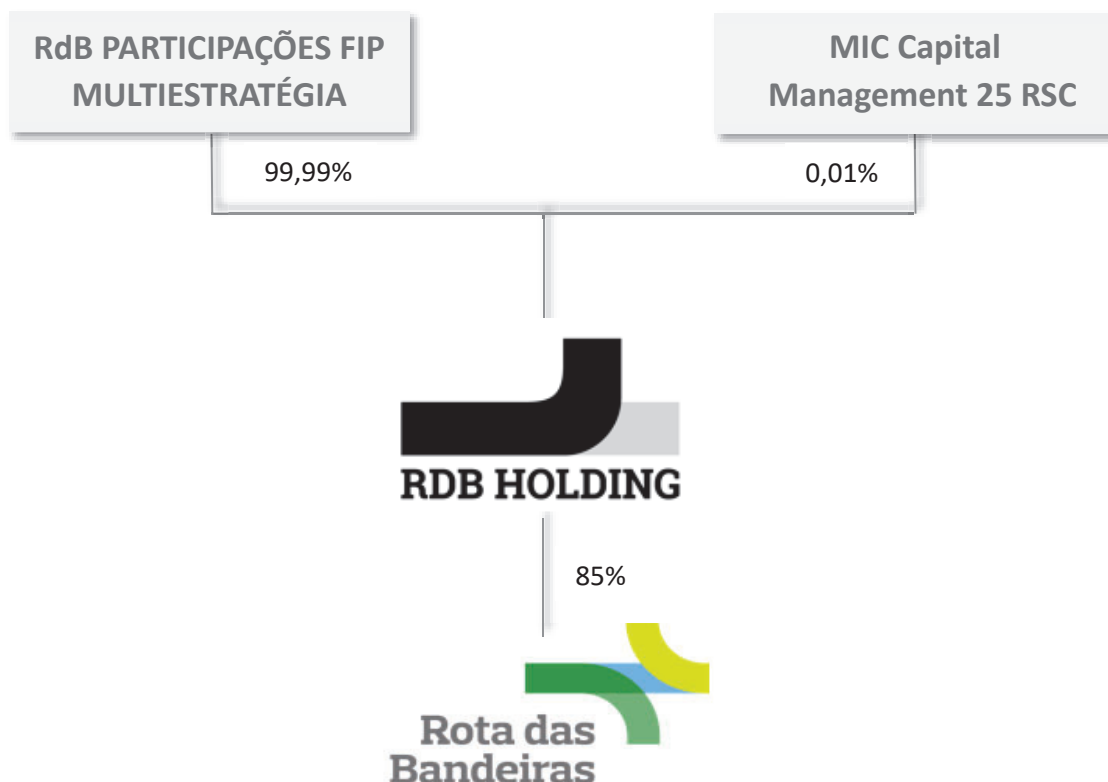
Histórico

A Companhia foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma sociedade anônima sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedade por Ações"). A Sociedade tem sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401 A, Leblon, Rio de Janeiro – RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias.

As ações de emissão da Companhia são substancialmente detidas pela RdB Participações FIP Multiestratégia que detém 99,99% do capital da Companhia e MIC Capital Management 25 RSC que detém 0,01% do capital da Companhia.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia decidiu investir na Concessionária Rotas das Bandeiras S.A. ("Controlada"). Desta forma, passou a ser acionista direta, passando a deter o equivalente a 85% do capital social da Controlada.

A Controlada passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.



A Companhia é uma sociedade *holding*, que tem por objeto a participação societária em outras empresas. Atualmente a única sociedade controlada da Companhia é a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. Nesse sentido, considerando a relação entre a Companhia e a Controlada, as informações apresentadas estão atreladas às atividades da Controlada.

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Interligação da SP-065 com a SP-066 (SPI-084/066), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiá (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), e via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360), além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a aproximadamente 297 quilômetros.

Os municípios que integram a área sob a concessão da Controlada são: Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Igaratá, Itatiba, Jacareí, Jarinu, Jundiá, Louveira, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Paulínia e Valinhos.

O Corredor Dom Pedro I possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a ligação do Vale do Paraíba com a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

Os municípios que integram a área sob a concessão da Controlada apresentam uma economia dinâmica e diversificada, com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nessas cidades.

Operação

A Controlada possui 8 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 1 Área de Descanso para Caminhoneiros, 93 câmeras de monitoramento, 14 veículos de inspeção de tráfego, 7 ambulâncias e 1 UTI, 8 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 2 caminhões de apreensão de animais, 2 caminhões-pipa e 2 veículos de balança móvel. A Controlada conta com 65 profissionais de resgate, 85 operadores de tráfego e 14 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO). Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 264 atendimentos por dia no exercício de 2025.

2. Destaques

EBITDA Ajustado (Consolidado): R\$ 1.060.142 mil atingidos no exercício de 2025.

CAPEX (Controlada)¹: R\$ 190.992 mil realizados em ampliação e manutenção no exercício de 2025. Investidos na execução de importantes obras como: (i) Continuidade Faixa Adicional entre o km 74 ao 88 da SP-065, (ii) Conclusão de 2 Estradas Secundárias no km 11+300, 1 no km 37+020 da SP-065, (iii) Início da duplicação da Rodovia SP 063 do km 22+800 ao km 24+600, (iv) Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121, (v) Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332 e (vi) Continuidade do Acesso do Km 81 da SP-065, (vii)

¹ CAPEX não considera juros capitalizados.

Início dos Recapeamentos da 4ª Intervenção nas rodovias SP332 - km 110+280 ao 134+690 e SP065 - km 65+050 ao 113+000.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Desempenho Econômico-Financeiro	Companhia		Consolidado	
	4T25	2025	4T25	2025
Receita Líquida Total	-	-	401.796	1.371.224
Receita Líquida Operacional	-	-	323.887	1.221.049
Receita Líquida Construção	-	-	77.909	150.175
Custos	-	-	(180.632)	(537.149)
Custos Operacionais	-	-	(103.502)	(388.476)
Custo de Construção	-	-	(77.130)	(148.673)
Lucro Bruto	-	-	221.164	834.075
Despesas	(1.386)	(2.692)	(10.848)	(54.270)
Outras Receitas/Despesas	-	-	2.554	4.007
Lucro Operacional	(1.386)	(2.692)	212.870	783.812
Equivalência Patrimonial	85.922	285.162	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(36.065)	(114.582)	(120.117)	(435.432)
Resultado antes do IR/CSLL	48.471	167.888	92.753	348.380
IR/CSLL	12.275	12.275	(16.846)	(117.894)
Resultado Líquido	60.746	180.163	75.907	230.486
EBITDA Ajustado	(1.386)	(2.692)	275.097	1.060.142

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Receita Líquida Operacional totalizou R\$ 1.221.049 mil. Os Custos Operacionais totalizaram R\$ 388.476 mil, enquanto as Despesas totalizaram R\$ 54.270 mil. O EBITDA Ajustado Consolidado totalizou R\$ 1.060.142 mil.

Resultado Financeiro

A Companhia e sua Controlada apresentaram um Resultado Financeiro Líquido consolidado negativo de R\$ 435.432 mil no exercício findo em 2025, em que as Receitas Financeiras totalizaram R\$ 145.314 e as Despesas Financeiras atingiram R\$ 580.746 mil.

Endividamento

Em 15 de novembro de 2019, a Controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, em cinco séries, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete

mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2032² para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução da CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000 mil, o vencimento das Debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030. Conforme contrato de Swap com o banco BTG Pactual S/A, os parâmetros de atualização anulam o efeito do DI + 4,25% e a taxa passa a ser IPCA + 8,00% (com base em um ano de 252 dias úteis), com incorporação de juros até 10/11/2023.

Ratings ³

Companhia: Em 29 de janeiro de 2025, a agência de classificação de risco Moody's Local elevou o rating da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia para "AA+.br", de "AA.br", com perspectiva estável. Em 15 de abril de 2025, a agência de classificação de risco Fitch Ratings afirmou os ratings nacionais de longo prazo em "AA(bra)" da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia. Ao mesmo tempo, a agência revisou a Perspectiva do rating de estável para positiva.

Controlada: Em 29 de janeiro de 2025, a agência de classificação de risco Moody's Local ("Moody's") afirmou os ratings "AAA.br", com perspectiva estável, da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR") e da 2ª Emissão de Debêntures ("CBAN") da Concessionária. Posteriormente, em 15 de abril de 2025, a agência Fitch Ratings ("Fitch") também afirmou os ratings "AAA(bra)", com perspectiva estável, para ambas as emissões. Em 15 de outubro de 2025, a Controlada efetuou a liquidação da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR").

² Em 29 de abril de 2025, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, a Controlada aprovou a realização de Assembleia Geral de Debenturistas, para reperfilamento da curva de amortização das debêntures CBAN22, incluindo a alteração da data de vencimento de 15 de julho de 2027 para 15 de julho de 2032.

³ Evento subsequente: em fevereiro de 2026, a agência Fitch elevou o rating da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia (RODB) para "AA+(bra)", e a agência Moody's afirmou o rating "AA+.br", ambos com perspectiva estável. No mesmo mês, as agências afirmaram os ratings "AAA(bra)" e "AAA.br", respectivamente, com perspectiva estável, da 2ª Emissão de Debêntures da Controlada (CBAN).

Investimentos ⁴

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Controlada no 4T25 totalizaram R\$ 95.307 mil, sendo R\$ 80.012 mil destinados à ampliação e R\$ 15.295 mil à manutenção. No 4T24, esses valores foram de R\$ 33.196 mil (R\$ 17.965 mil de ampliação e R\$ 15.231 mil de manutenção). No exercício de 2025, os investimentos somaram R\$ 190.992 mil, distribuídos entre R\$ 137.842 mil em ampliação e R\$ 53.150 mil em manutenção, frente a R\$ 226.741 mil em 2024 (R\$ 183.768 mil em ampliação e R\$ 42.973 mil em manutenção), demonstrando sua responsabilidade e compromisso com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R\$ 4,4 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T25 estão detalhadas abaixo:

- Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 74+000 ao 88+150 da SP-065;
- Continuidade do Acesso do Km 81 (Norte e Sul) da SP-065;
- Continuidade duplicação do km 22+800 ao km 24+600 da SP-063;
- Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121;
- Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332;
- Início do Recapeamento SP332 - km 110+280 ao 121+120 - 4ª Intervenção;
- Início do Recapeamento SP332 - km 121+120 ao 134+690 - 4ª Intervenção;
- Início do Recapeamento SP065 - km 65+050 ao 88+150 - 4ª Intervenção;
- Início do Recapeamento SP065 - km 88+150 ao 93+300 - 4ª Intervenção;
- Início do Recapeamento SP065 - km 93+300 ao 113+000 - 4ª Intervenção;
- Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Resultado Líquido

A Companhia e sua Controlada registraram um Resultado Líquido consolidado positivo de R\$ 230.486 mil no acumulado findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 258.434 mil no mesmo período do exercício anterior.

⁴ Não considera juros capitalizados.

4. Informações sobre a Controlada

Indicadores Operacionais

A Controlada cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de Atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de Atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros.

No exercício de 2025, foram realizados aproximadamente 96 mil socorros aos usuários ao longo da malha viária, volume equivalente ao registrado no mesmo período do exercício anterior, compostos basicamente da seguinte forma:

- 64,9% de serviços de inspeção;
- 18,8% de serviços de guincho;
- 11,4% de serviços mecânicos;
- 4,3% de serviços pré-hospitalares;
- 0,6% de serviços com caminhão-pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Controlada utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Controlada, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de Compliance e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Controlada contava com um total de 651 integrantes em seu quadro, sendo CLT, Estatutário, Jovem Aprendiz e Estagiário, ante 657 integrantes do mesmo período do exercício anterior.

Equidade

A Companhia e a Controlada mantêm o compromisso com a equidade e a diversidade, monitorando periodicamente a composição do quadro de profissionais, reforçando a continuidade de ações voltadas à promoção de maior equilíbrio e inclusão no ambiente corporativo.

A tabela a seguir compara a quantidade de integrantes na Controlada entre os exercícios findos em 2024 e 2025, segmentados por gênero e nível hierárquico, conforme disposto

no art. 133, parágrafo 6º, da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada pela Lei 15.177/2025:

Headcount Operacional / Administrativo	Feminino		Masculino		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Praças de Pedágio	207	215	34	34	241	249
Atendimento Pré-Hospitalar	21	22	46	44	67	66
Posto Geral de Fiscalização	7	8	8	9	15	17
Outros Operacionais	38	40	133	130	171	170
Estagiário / Aprendiz	14	14	10	11	24	25
Administrativo	50	50	48	46	98	96
Coordenação	8	8	9	8	17	16
Gerencial	2	2	14	14	16	16
Total Geral	347	359	302	296	649	655

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Controlada entre os anos de 2024 e 2025, segmentados por gênero.

Headcount Diretoria	Feminino		Masculino		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Diretoria Estatutária	0	0	2	2	2	2

As tabelas a seguir demonstram a média da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares, e a evolução comparativa dos indicadores entre o exercício findo em 2025 e o exercício imediatamente anterior.

Representatividade 2025 (Base 100)	Feminino (Feminino / Masculino)			Masculino (Masculino / Masculino)		
	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual
Praças de Pedágio	100%	102%	N/A	100%	100%	N/A
Atendimento Pré-Hospitalar	102%	88%	N/A	100%	100%	N/A
Posto Geral de Fiscalização	100%	130%	N/A	100%	100%	N/A
Outros Operacionais	82%	83%	N/A	100%	100%	N/A
Estagiário / Aprendiz	100%	N/A	N/A	100%	N/A	N/A
Administrativo	73%	80%	N/A	100%	100%	N/A
Coordenação	81%	86%	N/A	100%	100%	N/A
Gerencial	130%	146%	N/A	100%	100%	N/A
Diretoria Estatutária	0%	0%	N/A	100%	100%	N/A

Representatividade 2024 (Base 100)	Feminino (Feminino / Masculino)			Masculino (Masculino / Masculino)		
	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual
Praças de Pedágio	101%	93%	N/A	100%	100%	N/A
Atendimento Pré-Hospitalar	100%	98%	N/A	100%	100%	N/A
Posto Geral de Fiscalização	101%	113%	N/A	100%	100%	N/A
Outros Operacionais	79%	71%	N/A	100%	100%	N/A
Estagiário / Aprendiz	100%	N/A	N/A	100%	N/A	N/A
Administrativo	71%	71%	N/A	100%	100%	N/A
Coordenação	79%	84%	N/A	100%	100%	N/A
Gerencial	137%	151%	N/A	100%	100%	N/A
Diretoria Estatutária	0%	0%	N/A	100%	100%	N/A

Nota: remuneração fixa considera o salário base; remuneração variável considera participação nos lucros e resultados.

A Controlada disponibiliza o Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens, conforme art. 5º Lei 14.611/2023 em seu site Institucional (<https://www.rotadasbandeiras.com.br/>). Ainda, a Companhia não possui *headcount* operacional e/ou administrativo.

Programa Jovem Aprendiz

A Controlada, em parceria com a Instituição Suporte Técnico e Pedagógico Especializado (“SENAI”), realiza o Programa Jovem Aprendiz, contratando jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de acordo com o programa legal de primeiro emprego. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Controlada contava com 22 aprendizes em seu efetivo, sendo 1 jovem PCD, comparado ao total de 24 aprendizes em 31 de dezembro de 2024.

Programa Pertencer

Desde 2014, a Controlada desenvolve uma série de ações com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Inicialmente chamado de Rota da Inclusão, o programa foi reestruturado, em setembro de 2022, para ampliar seu alcance e efetividade com a criação do Programa Pertencer, que foca na contratação de pessoas com deficiência para as mais diversas áreas da empresa e no trabalho de sensibilização e conscientização de todos os integrantes para lidar com as diferenças e experimentar uma convivência sadia no ambiente de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Controlada contava em seu quadro com 25 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas, ante 24 integrantes em 31 de dezembro de 2024.

5. Ambiental, Social e Governança Corporativa (“ESG”)

5.1 Ambiental

Para a Controlada, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as atividades inerentes a Controlada, são previamente analisadas e quando necessário, são implantadas melhorias e/ou adequações em seus processos, com o intuito de garantir o cumprimento da legislação vigente, assim como, na mitigação dos impactos ambientais correlacionados com a operação das rodovias sob responsabilidade da Controlada.

Todas as obras executadas pela Controlada de manutenção e ampliação, além de atender a legislação, contemplam com programas ambientais, os quais são desenvolvidos com intuito de propiciar a recuperação e recomposição da flora, assim como, ampliar o habitat para a fauna silvestre nas áreas circunvizinhas do Corredor Dom Pedro I. Quanto às atividades inerentes à operação, a equipe de gestão ambiental busca desenvolver e/ou implantar melhorias em seus processos que mitiguem riscos de impactos ambientais ou propiciem a diminuição do consumo de recursos naturais, com intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sem onerar a Controlada ou descumprir as obrigações legais.

Preservação e Recuperação da Flora

Desde que iniciou suas atividades para ampliação e modernização do Corredor Dom Pedro I, em 2009, a Controlada, em cumprimento as obrigações dos licenciamentos ambientais, mantém um rigoroso programa de restauração ecológica, prioritariamente em áreas de preservação permanente e/ou que propiciem a formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), nas áreas circunvizinhas de sua malha viária, por meio do reflorestamento com árvores nativas. Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias do Corredor Dom Pedro I, a Controlada planta 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 519 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis e

consequentemente atestando o cumprimento das compensações pelos órgãos ambientais.

Respeito à Fauna

A Controlada monitora constantemente a malha viária e registra todas as ocorrências envolvendo fauna, com intuito de adotar medidas que diminuam os riscos de atropelamentos e consequentemente ampliar a segurança dos usuários e dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro I. Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro I, a Controlada prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados nos corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente, com intuito de promover um habitat adequado de modo a diminuir a presença de fauna nas rodovias.

A Controlada desenvolveu o programa Censo Animal, para mitigar as ocorrências envolvendo fauna doméstica de grande porte (bovinos, equinos etc.), devido ao risco de acidentes, considerados graves, ocorrerem quando envolvem animais desta tipologia. O programa consiste no cadastramento das propriedades lindeiras às rodovias, assim como, dos animais de grande porte.

O programa tem como objetivo conscientizar os proprietários sobre a importância de manterem os animais devidamente confinados nos limites das propriedades, além de auxiliar na identificação para solicitação de reparo em cercas danificadas e possibilitar a devolução do animal apreendido para o proprietário.

Monitoramento de Focos de Incêndio

O Corredor Dom Pedro I se concentra em uma região com clima tropical de altitude, com invernos secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto. Para mitigar este risco, em apoio a equipe de campo, a Controlada utiliza 93 câmeras para monitoramento, através Centro de Controle Operacional, possibilitando o acionamento imediato de sua equipe que disponibiliza de 2 caminhões-pipa e uma viatura adaptada, para combater princípios de incêndios.

Adicionalmente, a Controlada realiza medidas preventivas, como por exemplo, o recolhimento contínuo de resíduos, bem como a execução e manutenção de aceiros nos limites de toda a faixa de domínio. Estas medidas, caso ocorram focos de incêndio, possibilitam diminuir a propagação do fogo e consequentemente auxiliam a equipe no momento do combate ao foco.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, além da equipe de campo, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são utilizadas pela Controlada para identificar qualquer tipo de ocorrência, inclusive envolvendo cargas com produtos perigosos, onde o atendimento é realizado de acordo com as diretrizes do Plano de Atendimento à Emergências Químicas (PAE), desenvolvido para a malha viária do Corredor Dom Pedro I.

A Controlada também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas, promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O Sistema de Gestão Ambiental da Controlada possibilita o monitoramento da geração e destinação dos resíduos sólidos do Corredor Dom Pedro I. No quarto trimestre de 2025, foram recolhidos por mês em média 130,34 toneladas. Este trabalho também reflete a preocupação da Controlada com as questões ambientais, visto que a destinação adequada de resíduos possibilita o seu reaproveitamento e/ou reciclagem, além de prolongar a vida útil dos aterros sanitários da região.

5.2 Social

Desde o início de suas atividades, a Controlada tem como um de seus pilares o cuidado em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o Corredor Dom Pedro I. Assim, a Controlada desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação para o trânsito e segurança viária, que atendem todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro I.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizados pela Controlada:

Rota da Educação

Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Controlada para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação para o trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro I, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho em sala de aula é realizado com crianças

do 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos, e já beneficiou mais de 109 mil alunos desde o início de suas atividades.

Além disso, desde 2022 o Rota da Educação também contribui para a revitalização da sinalização no entorno das escolas que participam das atividades do programa, conforme cronograma alinhado com as secretarias de Educação dos municípios. Nesse sentido, 16 escolas de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Conchal, Cosmópolis, Igaratá, Itatiba, Jarinu e Nazaré Paulista já foram beneficiadas com a nova sinalização.

Rota da Transformação

Criado em 2021, o Rota da Transformação é um programa que estimula ações de voluntariado dentro da Controlada, visando a transformação de vidas, sejam dos próprios integrantes que participam das ações, sejam das pessoas por elas beneficiadas.

Entre as atividades, estão a arrecadação de cestas básicas entre os integrantes para doação a famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios do Corredor Dom Pedro I (foram 1.345 cestas doadas no biênio 2021-2022) e as ações trimestrais para doação de sangue, contribuindo com o Hemocentro da Unicamp. No biênio 2024-2025, a Concessionária realizou a ação Natal "Solidário", com a arrecadação de fraldas geriátricas para doação ao Fundo Social de Solidariedade de Conchal, a doação de brinquedos para crianças e adolescentes que frequentam o Instituto Passo a Passo, em Itatiba, e a doação de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade em Atibaia.

Incentivo ao Esporte

A Controlada também acredita no esporte como uma importante ferramenta para a transformação de vidas. Por isso, apoia o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos do Judô de Atibaia, a APAJA, que ministra aulas de judô a cerca de 1.000 alunos por mês, a maioria crianças e jovens carentes. E, desde 2019, também contribui com a Associação Paradesportista de Atibaia (APA), que desenvolve atividades de atletismo, natação e canoagem paraolímpica com cerca de 120 atletas por mês.

O apoio é garantido por meio de uma lei municipal de Atibaia que autoriza o repasse de parte do ISS (Imposto Sobre Serviços) a projetos esportivos. A Controlada destina cerca de R\$ 120 mil mensais do ISS do pedágio diretamente às entidades.

Além de garantir a iniciação de crianças e jovens no esporte, o trabalho da APAJA também tem contribuído para a formação de atletas de alto rendimento, que participam de competições em todo o Brasil e até mesmo no exterior e acumulam convocações para a seleção brasileira.

Outro projeto apoiado pela Controlada, via Lei Federal de Incentivo ao Esporte, é desenvolvido pelo Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas (GADECAMP), que promove a inclusão ao esporte por meio do basquete sobre cadeiras de rodas. O trabalho do GADECAMP, dividido entre o alto rendimento e a formação de novos atletas, impacta mensalmente 60 pessoas. A Controlada também apoia, via Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o projeto JITA Kyohei Patrulheiros, desenvolvido pelo Instituto Francisco de Assis de Promoção Humana, que leva aulas de judô a 30 crianças e adolescentes com Síndrome de Down que frequentam a APAE Campinas.

Inclusão

Contribuir para a quebra de barreiras em nossa sociedade e a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) é outro tema promovido pela Controlada, seja nas ações internas realizadas com seus integrantes, seja no apoio ao trabalho desenvolvido por entidades que trabalham com as PCDs.

Desde 2023, a Controlada apoia o trabalho desenvolvido pela Fundação Síndrome de Down, por meio do repasse de recursos via Fundo Municipal em Defesa da Criança e do Adolescente de Campinas. A entidade atua há 40 anos e seu trabalho impacta mensalmente cerca de 300 alunos, além de suas famílias.

Lacre Nota 10

Criada em 2018, a campanha "Lacre Nota 10" estimula a arrecadação de lacres de alumínio entre os integrantes da Controlada e alunos que participam das atividades do programa Rota da Educação para a troca por cadeiras de rodas, que são doadas para os fundos sociais de solidariedade dos municípios que integram o Corredor Dom Pedro ou entidades assistenciais do trecho concedido que trabalham com pessoas com deficiência.

Para garantir a troca dos lacres por uma cadeira de rodas, são necessárias 140 garrafas pet de dois litros cheias de lacres, o equivalente a 91 km de lacres. Desde o início da campanha, a Controlada já efetivou a doação de 42 cadeiras de rodas.

Campanha Inverno Solidário

A Campanha Inverno Solidário, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa a partir da arrecadação de cobertores novos e peças de roupa, novas ou usadas. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro I e, somente a partir de 2021, já foram distribuídos 2.127 cobertores novos e mais de 8 mil peças de roupa.

5.3 Governança Corporativa

A Companhia e a Controlada adotam práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas do mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Abaixo estão listadas as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Controlada.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Controlada é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

A Diretoria da Controlada é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Controlada.

Além dos órgãos estatutários e de governança, a Controlada conta com Comitê de Auditoria, Risco e Conformidade.

Além disso, a Companhia e a Controlada, por serem companhias abertas e registradas na categoria B, estão sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação anual de publicação no site da Companhia e no site da CVM.

Auditoria das Demonstrações Contábeis

Em 2025, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações Contábeis.

As informações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), além da legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como indicadores operacionais, headcount, ações ambientais e programas sociais, entre outros, são medições não contábeis e não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

6. Considerações Finais

Auditores Independentes

A Companhia, em atendimento às determinações da Instrução CVM 162/2022, informa que a KPMG Auditores Independentes Ltda., empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes o atendimento as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data e com as devidas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da Rodovias do Brasil Holding S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rodovias do Brasil Holding S.A. (Companhia) e sua controlada que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Rodovias do Brasil Holding S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras” individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Retificação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção à nota explicativa n.º 2.2 às demonstrações financeiras (individual e consolidada), que menciona que os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão (ativo de contrato) (Consolidado)

Veja as notas explicativas 2.1 (j) e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu adições referentes a ativo de contrato (infraestrutura em construção) no montante consolidado de R\$158.730 mil que estão sendo realizadas na rodovia sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 – Contratos de concessão (IFRIC 12), os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, nas adições de ativo de contrato, que compreende a:<ul style="list-style-type: none">(i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; (ii) validação das medições, de acordo com o andamento das obras.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Consolidado)

Veja as notas explicativas 2.1 (p) (i), e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas no sistema contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem no sistema contábil.

(i) obtivemos, em base completa, os extratos bancários relacionados à arrecadação de pedágio e realizamos a inspeção da totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício.

(ii) enviamos, em base completa, as confirmações junto às empresas de arrecadação automática de pedágio para o saldo a receber em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, realizamos testes alternativos para aquelas confirmações cujos saldos apresentaram alguma inconsistência.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.2, foram

auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2026, que não conteve modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo relacionadas no contexto das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2025	(Reapresentado) 31/12/2024	(Reapresentado) 31/12/2024	(Reapresentado) 01/01/2024	(Reapresentado) 01/01/2024	Notas	31/12/2025	31/12/2025	(Reapresentado) 31/12/2024	(Reapresentado) 31/12/2024		(Reapresentado) 01/01/2024	(Reapresentado) 01/01/2024						
Circulante													Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	6	265.470	406.457	1.196	205.775	3.701	232.524	Fornecedores	13	80	47.104	74	33.934	70	245.346						
Aplicações financeiras	7	-	-	-	368.067	-	40.841	Passivo de arrendamento	15	-	18.560	-	21.246	-	14.012						
Contas a receber	8	-	92.616	-	85.525	-	77.992	Debêntures	14.1	79.499	187.272	38.706	751.603	17.662	298.254						
Tributos a recuperar	-	-	3.552	34.211	62.435	7.712	14.371	Empréstimos	14.1	-	1.290	-	51.063	-	50.854						
Dividendos a receber	-	-	-	75.574	-	-	-	Salários e encargos sociais	27	14	12.016	6	11.938	6	12.203						
Juros sobre capital próprio a receber	-	24.132	-	-	-	-	-	Obrigações tributárias	28	2.835	20.973	8.274	33.194	15	10.207						
Despesas antecipadas	-	55	4.812	52	4.764	51	3.870	Provisão de conserva especial	-	-	27.933	-	-	-	-						
Outros ativos	-	-	2.282	-	1.580	-	14.261	Imposto de renda e contribuição social	28	-	498	-	-	-	3.813						
Total do ativo circulante		289.657	509.719	111.033	728.146	11.464	383.859	Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	26.584	30.842	18.778	34.468	-	-						
								Outros passivos	-	464	9.178	19	7.780	3	7.071						
								Total do passivo circulante		109.476	355.666	65.857	945.226	17.756	641.760						
Não circulante								Não circulante													
Aplicações financeiras	7	140.117	140.117	96.529	96.529	73.013	336.293	Fornecedores	13	-	7.135	-	12.224	-	23.411						
Contas a receber	8	-	-	-	-	-	6.168	Debêntures	14.1	774.695	3.394.828	830.772	3.201.827	850.114	3.556.564						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	11.071	-	29.446	-	62.779	Empréstimos	-	-	49.644	-	-	-	-						
Tributos a recuperar	-	53.341	53.341	-	-	-	-	Passivo de Arrendamento	15	-	29.516	-	32.230	-	1.864						
Despesas antecipadas	-	-	459	-	352	-	993	Obrigações tributárias	28	-	1.858	-	1.484	-	1.137						
Instrumentos financeiros derivativos	-	34.034	34.034	85.610	85.610	56.084	56.084	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	8.100	-	20.375	-	13.348							
Depósitos judiciais	16.3	-	121.532	-	111.007	-	102.597	Provisão para demandas judiciais	16	-	43.337	-	33.385	-	30.219						
Total do realizável a longo prazo		227.492	360.554	182.139	322.944	129.097	564.914	Provisão de conserva especial	17	-	14.356	-	27.623	-	11.205						
Ativo de contrato	11	-	186.755	-	91.807	-	287.520	Outros passivos	-	-	-	-	-	-	379						
Investimentos	10	833.736	-	936.514	-	876.244	-	Total do passivo não circulante		782.795	3.540.674	851.147	3.308.773	863.462	3.624.779						
Imobilizado	12	-	2.258	-	1.740	-	2.371	Patrimônio líquido													
Intangível	11	-	3.442.798	-	3.587.310	-	3.318.093	Capital social	18 a)	928.270	928.270	928.270	928.270	928.270	928.270						
Total do ativo não circulante		833.736	3.631.811	936.514	3.680.857	876.244	3.607.984	Reserva Legal		18.160	18.160	9.152	9.152	-	-						
								Transação de capital	18 c)	(763.852)	(763.852)	(763.852)	(763.852)	(763.852)	(763.852)						
								Lucros acumulados		-	-	-	-	(28.831)	(28.831)						
								Reserva de lucros		276.036	276.036	139.112	139.112	-	-						
								Total do patrimônio líquido		458.614	458.614	312.682	312.682	135.587	135.587						
								Participação de acionistas não controladores		-	147.130	-	165.266	-	154.631						
								Total do passivo e patrimônio líquido		1.350.885	4.502.084	1.229.686	4.731.947	1.016.805	4.556.757						
Total do ativo		1.350.885	4.502.084	1.229.686	4.731.947	1.016.805	4.556.757														

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Notas	31/12/2025	31/12/2025	(Reapresentado) 31/12/2024	(Reapresentado) 31/12/2024
Receita operacional líquida	19	-	1.371.224	-	1.336.565
Custo dos serviços prestados	20	-	(537.149)	-	(600.583)
Lucro bruto		-	834.075	-	735.982
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas Gerais e administrativas	20	(2.692)	(54.270)	(1.259)	(38.435)
Resultado de equivalência patrimonial	-	285.162	-	263.844	-
Perdas de créditos esperadas	-	-	(154)	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	22	-	4.161	-	7.824
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		282.470	783.812	262.585	705.371
Receitas financeiras	-	67.112	145.314	89.122	154.937
Despesas financeiras	-	(181.694)	(580.746)	(132.807)	(515.534)
Resultado financeiro, líquido	21	(114.582)	(435.432)	(43.685)	(360.597)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		167.888	348.380	218.900	344.774
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	(99.519)	-	(53.007)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	12.275	(18.375)	(7.027)	(33.333)
Lucro líquido do exercício		180.163	230.486	211.873	258.434
Atribuível aos:					
Acionistas controladores			180.163		211.873
Acionistas não controladores			50.323		46.561
Lucro básico e diluído por lote de mil ações no fim do exercício (R\$)			0,19		0,23

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Reapresentado)</u>
			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>180.163</u>	<u>230.486</u>	<u>211.873</u>	<u>258.434</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>180.163</u>	<u>230.486</u>	<u>211.873</u>	<u>258.434</u>
Atribuível aos:				
Acionistas controladores		180.163		211.873
Acionistas não controladores		50.323		46.561
<u>As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</u>				

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Transação de capital com Acionista	Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Atribuídos aos acionistas da Companhia	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2024, como previamente divulgado	928.270	(763.852)	-	-	(59.877)	104.541	154.631	259.172
Impacto da retificação de erros	-	-	-	-	31.046	31.046	-	31.046
Saldo em 1º de janeiro de 2024 (reapresentado)	928.270	(763.852)	-	-	(28.831)	135.587	154.631	290.218
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	211.873	211.873	46.561	258.434
Reserva legal	-	-	9.152	-	(9.152)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(34.778)	(34.778)	-	(34.778)
Dividendos e Juros sobre capital próprio dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(35.926)	(35.926)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	139.112	(139.112)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	928.270	(763.852)	9.152	139.112	-	312.682	165.266	477.948
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2025	928.270	(763.852)	9.152	139.112	-	312.682	165.266	477.948
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	180.163	180.163	50.323	230.486
Reserva legal	-	-	9.008	-	(9.008)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(34.231)	(34.231)	-	(34.231)
Ajuste IRPJ e CSLL sobre arrendamento CPC 32 (R20)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(68.459)	(68.459)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	136.924	(136.924)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	928.270	(763.852)	18.160	276.036	-	458.614	147.130	605.744

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025		2024 Reapresentado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/24	31/12/24
Receitas	-	1.483.632	-	1.437.866
Receita bruta operacional de serviços	-	1.333.302	-	1.208.294
Receita de construção ICPC 01-R1 (*)	-	150.175	-	229.572
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	155	-	-
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	-	(83.798)	-	(90.495)
Custo de construção ICPC 01-R1	-	(148.674)	-	(227.276)
Custo dos serviços vendidos	(1.591)	(66.781)	(843)	(54.803)
Valor adicionado bruto	(1.591)	1.184.379	(843)	1.065.292
Depreciação e amortização	-	(224.151)	-	(206.816)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(1.591)	960.228	(843)	858.476
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	73.763	151.965	89.122	154.937
Equivalência patrimonial	285.162	-	263.844	-
Outros	-	4.260	-	7.871
Valor adicionado total a distribuir	357.334	1.116.453	352.123	1.021.284
Distribuição do valor adicionado	660	54.093	330	50.203
Pessoal				
Remuneração direta	660	42.268	330	39.868
Benefícios	-	9.203	-	7.461
FGTS	-	2.622	-	2.874
	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	(5.183)	246.730	7.112	195.745
Federais	(5.183)	180.394	7.112	136.249
Estaduais	-	184	-	131
Municipais	-	66.152	-	59.365
Remuneração de capitais de terceiros	181.694	585.144	132.808	516.902
Juros	156.120	555.044	132.808	515.520
Aluguéis	-	1.333	-	136
Outros	25.574	28.767	-	1.246
Remuneração de capitais próprios	180.163	230.486	211.873	258.434
Dividendos mínimos obrigatórios	34.231	34.231	34.778	34.778
Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos)	-	-	-	-
Reserva Legal	9.008	9.008	9.152	9.152
Reserva de retenção de lucros	136.924	136.924	167.943	167.943
Lucro do período atribuído aos acionistas não controladores	-	50.323	-	46.561
Valor adicionado distribuído	357.334	1.116.453	352.123	1.021.284

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025	(Reapresentado) 31/12/2024	(Reapresentado) 31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	Nota	167.888	348.380	218.900	344.774
Ajustes					
Depreciação e amortização	20	-	224.151	-	206.816
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial		(285.162)	-	(263.844)	-
Provisão para conserva especial	20	-	47.889	-	51.730
Provisão para contingências	16	-	9.952	-	3.166
Margem de construção - ICPC 01	19 e 20	-	(1.502)	-	(2.296)
Receita diferida		-	814	-	338
Baixa líquida de arrendamento - CPC 06 (R2)		-	(2.647)	-	194
Capitalização de custo de empréstimos		-	(12.263)	-	(43.715)
Perda de arrecadação		-	51	-	6.222
Perda ds de créditos esperadas		-	154	-	-
Juros e variações monetárias, líquidas		116.508	473.195	32.538	423.162
		(766)	1.088.174	(12.406)	990.391
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber	8	-	(7.091)	-	(7.512)
Tributos a recuperar		(10.154)	(8.591)	(8.076)	(29.640)
Despesas pagas antecipadamente		(3)	(107)	(1)	1.643
Outros ativos		-	(702)	-	12.681
Outros passivos		445	445	16	16
Depósitos judiciais		-	(469)	-	(612)
Fornecedores		6	(2.560)	4	(26.066)
Obrigações sociais e trabalhistas	27	-	70	-	(265)
Salários e encargos sociais		8	8	-	-
Tributos a pagar	28	(5.439)	(11.847)	8.259	6.185
Realização de pagamentos de provisão para conserva especial		-	(45.883)	-	(93.273)
Contas a pagar		-	92	-	(1.541)
Caixa (usado nas) gerado pelas operações		(15.903)	1.011.539	(12.204)	852.007
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(84.116)	-	(63.617)
Juros pagos de empréstimos e debêntures		(152.181)	(576.436)	(130.131)	(366.436)
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais		(168.084)	350.987	(142.335)	421.954
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		-	-	-	48.248
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Pagamentos)		-	(2.050)	-	(130)
Adições ao intangível e ativo de contrato		-	(126.248)	-	(330.013)
Dividendos recebidos		328.100	-	80.750	-
Juros sobre capital próprio		102.306	-	28.828	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		430.406	(128.298)	109.578	(281.895)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e debêntures		-	50.000	-	-
Recebimento de derivativo (swap)		78.185	78.185	60.960	60.960
Pagamentos de empréstimos e debêntures	14	(21.543)	(384.384)	-	(126.199)
Aplicações financeiras - Conta Reserva Debêntures		(28.265)	371.352	(14.708)	(92.224)
Passivo de arrendamento	15	-	(23.839)	-	26.890
Pagamento de custos de transação	14	-	(8.588)	-	-
Pagamento de dividendos		-	-	-	(14.250)
Dividendos	25	(26.425)	(84.325)	(16.000)	(16.000)
Juros sobre capital próprio	25	-	(20.408)	-	(5.985)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		1.952	(22.007)	30.252	(166.808)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		264.274	200.682	(2.505)	(26.749)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.196	205.775	3.701	232.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		265.470	406.457	1.196	205.775
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		264.274	200.682	(2.505)	(26.749)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Rodovias do Brasil Holding S.A. (“Companhia”, “Rodovias do Brasil” ou “Controladora”) e sua Controlada direta, Concessionária Rota das Bandeiras S.A., (“Concessionária”, “Controlada” ou em conjunto “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de gestão e exploração de serviços rodoviários, regidos sob contratos de concessão e exploração de serviços públicos.

A Rodovias do Brasil Holding S.A. foi constituída em 26 de fevereiro de 2021 e é uma Sociedade Anônima, sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 (“Lei das Sociedades por Ações”). A Companhia tem Sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 401 A, Leblon, Rio de Janeiro – RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias não financeiras, detendo ou não o controle do capital. 99,99% das ações de emissão da Companhia são detidas pelo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), anteriormente denominado SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo SCP 1355”).

A constituição da Companhia se inseriu no âmbito de reorganização societária promovida pelo RDB FIP, destinada a aprimorar a estrutura de investimentos na Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Controlada”).

Em 12 de novembro de 2021 foi deferido pela CVM o registro de emissor na Categoria “B” para a Companhia.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A., com Sede em Itatiba - SP, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Concessionária possui sete Termos Aditivos Modificativos (“TAM”) com a ARTESP, sendo:

- (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B;
- (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009;

- (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (“PaP”) na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto;
- (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220;
- (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão;
- (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão;
- (7º) firmado em agosto de 2023, teve como objetivo estabelecer a compensação de passivos e ativos regulatórios, disciplinar a duplicação de 1,8 km na SP-063 (trecho do DER) às expensas da Concessionária e prever a intenção de incluir no escopo do Contrato o investimento necessário para implantação de um novo dispositivo na Rodovia SP-063.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Em 19 de maio de 2010, a Concessionária realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Concessionária, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400.

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Concessionária ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) alienou o equivalente a 85% do capital social da Concessionária para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), fundo de investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC (“Farallon”) e Mubadala Investment Company (“Mubadala”).

No quarto trimestre de 2020, os cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, pelos fundos geridos pela Farallon.

Não obstante, cumpre salientar que Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades

que investem no RDB FIP e que tal operação, no âmbito dos investidores do RDB FIP, não teve como efeito a alienação do controle indireto da Concessionária.

Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Concessionária à Rodovias do Brasil Holding S.A. (“RBH”), sociedade controlada pelo RDB FIP. Desta forma, a RBH, passou a ser acionista direta da Concessionária, passando a deter o equivalente a 85% de seu capital social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Concessionária, sendo certo, contudo, que, uma vez que a RBH é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Concessionária.

Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Concessionária, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da Concessionária, de forma que não se aplica o previsto no artigo nº 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”).

Em 26 de março de 2025 ocorreu a liquidação do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Desta forma, a OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.), passou a ser acionista direta na Concessionária, com 15% de seu capital social.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas por sua Administração em 31 de março de 2026.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as Normas contábeis internacionais de relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), além da legislação societária brasileira.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o disposto no IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem informações da Companhia e de sua Controlada.

Todas as informações contábeis individuais e consolidadas relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e conforme do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Orientação Técnica OCPC 07 (R1) – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

O controle sobre uma investida é obtido quando a Companhia possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com

- a investida; e
- iii) A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a Valor Justo.

Assim, essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão da Controlada reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de demanda e de sua respectiva recuperação pelas operações, a avaliação dos instrumentos financeiros, a determinação do Imposto de Renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua Controlada direta. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Descrição das principais práticas contábeis materiais adotadas

As principais práticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras da Controlada encontram-se registrados ao Valor Justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros, quando estes se equiparam a instrumentos financeiros, devem ser tratados contabilmente como instrumentos financeiros, conforme definido nos itens 2.4 a 2.6 da norma.

(i) Classificação e mensuração subsequente

A Companhia e sua Controlada classificam seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo Por Meio do Resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

- a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por:

- (a) Passivos financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado;
- (b) Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável;
- (c) Contrato de garantia financeira;
- (d) Compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado; e
- (e) A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de negócios.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Controladora e sua Controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo

financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e sua Controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a Valor Justo.

i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua Controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao Valor Justo Por Meio do Resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

d) Contas a receber

As contas a receber da Controlada são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Custo na transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

f) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas da Controlada são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de *software*, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do *software*.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício da Controlada compreendem os impostos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados e reconhecidos com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes, que atualmente são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social (Nota Explicativa nº 10).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Base de consolidação

Controlada

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e sua Controlada conforme Nota Explicativa nº 9.

A Controlada incluída na consolidação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, está listada a seguir:

Controladas	Principal atividade	UF	Participação em (%)	
			2025	2024
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	Concessionária	SP	85	85

A Controlada é consolidada de acordo com o percentual de participação a partir da data da sua aquisição (em 11 de maio de 2021), ou a partir da data em que a Companhia obteve o seu controle efetivo.

As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas com base nas demonstrações contábeis da Controlada, que utilizam as mesmas práticas contábeis em sua elaboração. O exercício social da Controlada coincide com o da Controladora. O

processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas a receber e contas a pagar mantidos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das Controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

h) Investimentos

A Controlada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma Controlada, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos da Controlada são reconhecidos pelo Método de Equivalência Patrimonial.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos, bem como, quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado também são reconhecidos no resultado.

As depreciações são calculadas pelo Método Linear, de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos

j) Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o Valor Justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do Valor Justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de demanda estimada para o exercício de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa incorridas do exercício.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento incorridos pela Controlada (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda de

tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na Rubrica “Direito de outorga da concessão da Controlada”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 11). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Controlada durante o prazo de concessão.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado;
- É provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- O valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(i) Provisão para manutenção

A Controlada reconheceu uma provisão para conserva especial (manutenção), decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes.

(ii) Provisão para demandas judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, regulatórias e tributárias) são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados;
- For provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- O valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº 16).

l) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo Valor Justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13).

m) Credor pela aquisição da concessão

Na Controlada é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, exceto receita financeira, sendo liquidado mensalmente.

n) Empréstimos e debêntures

Os recursos financeiros tomados por meio da emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo Valor Justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

p) Receitas de contratos com clientes

(i) Receita de serviço

A Controlada adota o CPC 47 (IFRS 15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Controlada reconhece a receita quando:

- Identifica os contratos com os clientes;
- Identifica as diferentes obrigações do contrato;
- Determina o preço da transação;
- Aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos;
- Satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao Valor Justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) / ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e OCPC 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota Explicativa nº 11), onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

q) Benefícios a empregados

(i) Obrigações de aposentadoria

Como parte de sua estratégia de remuneração a Controlada concede aos seus integrantes a opção de adesão ao plano de previdência complementar, firmando junto à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A (“MetLife”).

O plano de previdência complementar da Controlada, administrado pela MetLife proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contrapartidas mensais da patrocinadora. As contribuições da Controlada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram de R\$ 482 e R\$ 451, respectivamente.

O risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou junto à MetLife não ser aplicável o tratamento de plano de benefício definido, conforme CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

(ii) Participação nos lucros

A Controlada reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Controlada após certos ajustes. A Controlada reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Controlada possui provisão no montante de R\$ 5.540 e R\$ 6.128, respectivamente.

r) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O Ajuste a Valor Presente de ativos

e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o Ajuste a Valor Presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

s) Lucro por ação

O Grupo efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

t) Arrendamento e Direito de uso (Controlada)

O CPC 06 (R2), alinhado com o IFRS 16, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Controlada avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos, mensurados à valor presente com base nos pagamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

O cálculo do valor presente dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos é realizado com base na taxa média de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada.

u) Ativo de Contrato (Controlada)

O Ativo de Contrato é caracterizado pelas obras durante a fase de construção, sendo transferidas para o ativo intangível após sua conclusão. Enquanto “obras em andamento”, a Controlada estima o valor justo da contraprestação recebida ou a

receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, sendo equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%, conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

v) Depósitos Judiciais

Em alinhamento com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, são valores depositados em juízo para garantir obrigações ou discutir litígios judiciais, reconhecidos no ativo por determinação judicial ou voluntariamente, quando considerados passíveis de recuperação e sejam devidamente controlados pela Controlada. São mensurados inicialmente pelo valor efetivamente depositado e corrigidos periodicamente por atualização monetária, tendo suas contrapartidas reconhecidas no resultado, em contas de receita ou despesa financeira.

w) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Em observância a Lei nº 6.404/76 e ao Estatuto Social, a Companhia e a Controlada adotam a prática de distribuição de dividendos com base no lucro líquido apurado no exercício, observado o mínimo obrigatório de 20% de 25% (respectivamente) do lucro líquido após constituição da reserva legal. Os dividendos são propostos pela Administração e após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, são pagos de acordo com os prazos deliberados.

Além dos dividendos, a Companhia pode distribuir Juros sobre o Capital Próprio, podendo inclusive, imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios. O montante distribuído nesta natureza está sujeito a retenção de imposto de renda na fonte e deve ser definido com base da disponibilidade de lucros e reservas, sendo limitado a aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido da Companhia, conforme Lei nº 9.249/95.

2.2 Retificação de erros - instrumentos financeiros derivativos (swap)

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia identificou erro de mensuração referente a contratos de swap registrados nas demonstrações contábeis de exercícios anteriores (2021 a 2024). Esses instrumentos vinham sendo mensurados com base no “valor na curva” (accrual), quando, à luz do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, deveriam ter sido mensurados ao valor justo, com reconhecimento das variações no resultado (marcação a mercado – MtM), na ausência de designação forma de contabilidade de hedge.

A correção foi aplicada de forma retrospectiva aos saldos comparativos apresentados, nos termos do CPC 23. Em decorrência, foram (i) reconhecidos, no balanço patrimonial, os saldos do derivativo a valor justo nas rubricas específicas de ativos/passivos financeiros derivados, com os correspondentes efeitos tributários; (ii) reconhecidas, no resultado, as variações de valor justo do instrumento; e (iii) efetuadas as reclassificações necessárias entre linhas de empréstimos e derivativos, quando aplicável.

Os impactos líquidos de efeitos tributários totalizaram aproximadamente R\$ 96 milhões, sendo R\$ 31 milhões reconhecidos no patrimônio líquido de abertura do período comparativo (01/01/2024) e R\$ 65 milhões no resultado do exercício de 2024. Os erros foram corrigidos em 01 de janeiro de 2024 pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados. A Companhia apresenta, nesta divulgação, a conciliação dos efeitos por linha das demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado e mutações do patrimônio líquido), tanto nas demonstrações individuais quanto nas consolidadas, conforme sumariado nas tabelas a seguir:

Rodovias do Brasil Holding S.A.
*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

Balço patrimonial 1º de janeiro de 2024	Nota	Impactos da retificação de erros					
		Controladora			Consolidado		
		Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
Em milhares de Reais							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9				76.127	(13.348)	62.779
Instrumentos financeiros derivativos	14.2	11.690	44.394	56.084	11.690	44.394	56.084
Total Ativo não Circulante		960.947	44.394	1.005.341	4.141.852	31.046	4.172.898
Total do ativo		972.411	44.394	1.016.805	4.525.711	31.046	4.556.757
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	13.348	13.348	-	-	-
Total Passivo não Circulante		850.114	13.348	863.462	3.624.779	-	3.624.779
Prejuízos acumulados		(59.877)	31.046	(28.831)	(59.877)	31.046	(28.831)
Total Patrimônio líquido		104.541	31.046	135.587	104.541	31.046	135.587
Total do passivo e patrimônio líquido		972.411	44.394	1.016.805	4.525.711	31.046	4.556.757

Rodovias do Brasil Holding S.A.
*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

Balço patrimonial 31 de dezembro de 2024	Nota	Impactos da retificação de erros					
		Controladora			Consolidado		
		Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
Em milhares de Reais							
Imposto de renda e contribuição social diferidos					49.821	(20.375)	29.446
Instrumentos financeiros derivativos	14.2	-	85.610	85.610	-	85.610	85.610
Total Ativo não Circulante		1.033.043	85.610	1.118.653	3.938.566	65.235	4.003.801
Total do ativo		1.144.076	85.610	1.229.686	4.666.712	65.235	4.731.947
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		425	18.353	18.778	16.115	18.353	34.468
Total Passivo Circulante		47.504	18.353	65.857	926.873	18.353	945.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	20.375	20.375	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	14.2	31.361	(31.361)	-	31.361	(31.361)	-
Total Passivo não Circulante		862.133	(10.986)	851.147	3.340.134	(31.361)	3.308.773
Reserva Legal	18(e)	4.322	4.830	9.152	4.322	4.830	9.152
Reserva de lucros	18(f)	65.699	73.413	139.112	65.699	73.413	139.112
Total Patrimônio líquido		234.439	78.243	312.682	234.439	78.243	312.682
Total do passivo e patrimônio líquido		1.144.076	85.610	1.229.686	4.666.712	65.235	4.731.947

Rodovias do Brasil Holding S.A.
*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

Demonstrações do resultado do exercício	Nota	Impactos da retificação de erros					
		Controladora			Consolidado		
		Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024							
Em milhares de Reais							
Receitas financeiras	21	16.545	72.577	89.122	82.360	72.577	154.937
Resultado financeiro, líquido		(116.262)	72.577	(43.685)	(433.174)	72.577	(360.597)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		146.323	72.577	218.900	272.197	72.577	344.774
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	23	-	-	-	(53.007)	-	(53.007)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	23	-	(7.027)	(7.027)	(26.306)	(7.027)	(33.333)
Lucro líquido do exercício		146.323	65.550	211.873	192.884	65.550	258.434

Demonstrações do resultado abrangente	Impactos da retificação de erros						
	Controladora			Consolidado			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024							
Lucro líquido do exercício		146.323	65.550	211.873	192.884	65.550	258.434
Total do resultado do Exercício		146.323	65.550	211.873	192.884	65.550	258.434

Rodovias do Brasil Holding S.A.
*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais

Valor adicionado recebido em transferência
Resultado financeiro

Valor adicionado total a distribuir

Impostos, taxas e contribuições

Federais

Remuneração de capitais próprios

Lucro do exercício atribuído aos acionistas da
Controladora

Valor adicionado distribuído

Impactos da retificação de erros

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
	16.545	72.577	89.122	82.360	72.577	154.937
	279.546	72.577	352.123	948.707	72.577	1.021.284
	-	-	-	-	-	-
	85	7.027	7.112	188.718	7.027	195.745
	85	7.027	7.112	129.222	7.027	136.249
	146.323	65.550	211.873	192.884	65.550	258.434
	146.323	65.550	211.873	146.323	65.550	211.873
	279.546	72.577	352.123	948.707	72.577	1.021.284

Demonstrações dos fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais

**Lucro antes do Imposto de Renda e da
Contribuição Social**

Juros e variações monetárias, líquidas

Impactos da retificação de erros

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
	146.323	72.577	218.900	272.197	72.577	344.774
	105.115	(72.577)	32.538	495.739	(72.577)	423.162

Rodovias do Brasil Holding S.A.
*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

Saldos em 1º de janeiro de 2023

Lucro líquido do exercício

Atribuídos aos acionistas controladores

Prejuízos acumulados

Saldos em 1º de janeiro de 2024

Lucro líquido do exercício

Reserva legal

Dividendos mínimos obrigatórios

Reserva de retenção de lucros

Atribuídos aos acionistas controladores

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Nota	Impactos da retificação de erros		
		Anteriormente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
		81.225	31.046	112.271
		104.541	31.046	135.587
		(59.877)	31.046	(28.831)
		259.172	31.046	290.218
		146.323	65.550	211.873
	18 (e)	4.322	4.830	9.152
		(16.425)	(18.353)	(34.778)
	18 (f)	65.699	73.413	139.112
		234.439	78.243	312.682
		399.705	78.243	477.948

2.3 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia analisou as normas, interpretações e alterações às normas contábeis emitidas, revisadas e aplicadas pela primeira vez no exercício e concluiu que não são aplicáveis às suas operações, não havendo quaisquer impactos nas demonstrações financeiras, alteração nas políticas contábeis, ou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

2.4 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – ORA (*Other Comprehensive Income* - OCI).

As alterações são aplicáveis para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

b) IFRS 18 /CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 - Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças

nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens.

Entre outras, essas mudanças incluem, especialmente, nova categorização e subtotais na demonstração do resultado, novos requisitos para agregação/desagregação e rotulagem de informações, bem como a exigência da divulgação de medidas de desempenho (MEP) definidas pela administração. Prevê também a alteração do ponto de partida para determinação do fluxo de caixa das operações pelo método indireto.

A norma efetiva correlata foi emitida no Brasil em 07 de janeiro de 2026 por meio do CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis em substituição do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva para efeito de comparabilidade.

c) Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o exercício de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos. Neste sentido, o artigo 373 da mesma Lei trata da regulamentação dos ajustes para contratos firmados antes da sua vigência, especificamente sobre os instrumentos para reequilíbrio econômico-financeiro de contratos afetados pela Reforma Tributária, permitindo ajustes provisórios para mitigar impactos antes da decisão final e estabelecendo diretrizes para que entes federativos regulamentem esses procedimentos.

Em dezembro de 2025 foi promulgada a Lei 15.270, que estabeleceu a retenção na fonte de 10 % de IRRF sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, quando o total recebido de uma mesma pessoa jurídica no mesmo mês exceder a R\$ 50 mil. Até então, essas distribuições de dividendos eram isentas. A exigência entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026.

2.5 Informações por segmento

A Administração da Controlada, na qualidade de principal tomador de decisões operacionais para fins do CPC 22 / IFRS 8 – Informações por Segmento, avaliou os requisitos do pronunciamento e concluiu que atua em um único segmento operacional, o qual consiste na exploração de concessão pública de infraestrutura de transporte rodoviário.

A área geográfica de concessão explorada pela Controlada se localiza dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias. As demais receitas não representam mais de dez por cento das receitas totais da Controlada.

3 Gestão de risco financeiro e capital

a. Considerações gerais

A Companhia e sua Controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, e debêntures com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não terem caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua Controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua Controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua Controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo, debêntures e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua Controlada é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	Controladora					
	Valor Contábil	Total	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	74	74	74	-	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	869.478	1.483.367	174.513	200.972	567.441	540.441
Saldos em 31 de dezembro de 2025	Valor Contábil	Total	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	80	80	80	-	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	854.194	1.313.533	203.235	171.269	939.029	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	Consolidado					
	Valor Contábil	Total	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	46.158	46.158	33.934	12.224	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	4.004.493	6.562.799	1.064.438	620.495	1.868.100	3.009.766
Saldos em 31 de dezembro de 2025	Valor Contábil	Total	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	54.239	54.239	47.104	7.135	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	3.633.034	5.893.182	440.282	451.940	2.649.264	2.351.696
Passivo de arrendamento	48.076	48.076	18.560	28.866	145	505

- (i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debênture e empréstimos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas são determinadas em contrato. Para mais detalhes veja a Nota Explicativa nº 14.1;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia e sua Controlada, em observação ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros (IFRS 7), apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025, sendo, os efeitos no patrimônio líquido basicamente os mesmos do resultado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos instrumentos financeiros ao qual a Companhia e sua Controlada estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2025 e com base nas projeções do CDI e IPCA, extraídos do Relatório Focus do BCB em 09 de janeiro de 2026, foi definido o cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a projeção da exposição da Companhia aos índices CDI e IPCA no resultado futuro de 12 meses e patrimônio líquido, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2025:

Instrumento	Índice	Saldo em 31/12/2025	Controladora	
			Taxa Anual	Receita / (despesa) a incorrer
Cenário Provável				
Ativo				
Aplicações Financeiras ¹	CDI	140.117	13,34%	18.697
Swap (posição ativa) ²	CDI	964.403	13,34%	128.690
Passivo				
Debêntures RODB11	CDI	861.529	13,34%	(114.962)
Swap (posição passiva) ²	IPCA	930.368	3,97%	(36.953)
Exposição líquida (CDI)				32.425
Exposição líquida (IPCA)				(36.953)
Despesas totais líquidas a incorrer				(4.528)

¹ Não considera a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

² Calculado com base em informações de mercado disponíveis, por meio da marcação a mercado (mark-to-market), conforme Nota Explicativa 3.3.

Instrumento	Índice	Saldo em 31/12/2025	Consolidado	
			Taxa Anual	Receita / (despesa) a incorrer
Ativo				
Aplicações Financeiras ¹	CDI	140.117	13,34%	18.697
Swap (posição ativa) ²	CDI	964.403	13,34%	128.690
Passivo				
Empréstimos	CDI	51.290	13,34%	(6.844)
Debêntures CBAN22	CDI	636.709	13,34%	(84.963)
Debêntures RODB11	CDI	861.529	13,34%	(114.962)
Swap (posição passiva) ²	IPCA	930.368	3,97%	(36.953)
Debêntures CBAN12/32/52/72	IPCA	2.318.914	3,97%	(92.103)
Exposição líquida (CDI)				(59.382)
Exposição líquida (IPCA)				(129.055)
Despesas totais líquidas a incorrer				(188.437)

¹ Não considera a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

² Calculado com base em informações de mercado disponíveis, por meio da marcação a mercado (mark-to-market), conforme Nota Explicativa 3.3.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia e sua Controlada.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia e de sua Controlada, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade apresentadas têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e Controlada. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia e a Controlada revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente

ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Controlada não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados a um ativo-objeto durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

e. *Exposição aos riscos de crédito*

As operações que sujeitam a Companhia e sua Controlada à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras e contas a receber, nas quais a Companhia e sua Controlada ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, além de realizar o acompanhamento contínuo das posições em aberto. Não obstante, as receitas de pedágio, por sua vez, se dão de forma bem distribuída, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para as receitas acessórias, a Controlada adota medidas de controle que incluem a possibilidade de interromper a prestação de serviços em caso de inadimplência.

f. *Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes*

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e sua Controlada aproximam-se dos seus valores de realização.

g. *Debêntures e empréstimos*

As debêntures e os empréstimos, classificados entre passivos circulantes e não circulantes, são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O valor justo dos passivos financeiros foi estimado com base em informações de mercado observáveis, utilizando metodologias apropriadas para cada instrumento financeiro.

Os valores contábeis e justos desses passivos estão demonstrados na nota explicativa nº 4.

h. *Swap - Instrumentos financeiros derivativos (sem hedge accounting)*

Os instrumentos financeiros derivativos do tipo swap, que não são designados para fins de hedge accounting, são mensurados ao valor justo na data do balanço.

Os ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo desses instrumentos são reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem.

O valor justo dos swaps é apurado com base em técnicas de avaliação que utilizam informações observáveis de mercado, incluindo curvas de juros, taxas de câmbio e demais premissas utilizadas por participantes do mercado.

3.1 Gestão de capital

A Companhia e sua Controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), adicionando o efeito dos instrumentos derivativos e subtraindo do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação em títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado por meio da soma do

patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, podem ser assim sumarizados:

Rodovias do Brasil Holding S.A.
*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (reapresentado)	Controladora 01/01/2024 (reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (reapresentado)	Consolidado 01/01/2024 (Reapresentado)
Empréstimos e debêntures (nota 14.1)	854.194	869.478	867.776	3.633.034	4.004.493	3.905.672
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14.2)	(34.034)	(85.610)	(56.084)	(34.034)	(85.610)	(56.084)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(265.470)	(1.196)	(3.701)	(406.457)	(205.775)	(232.524)
Aplicações financeiras (nota 7)	(140.117)	(96.529)	(73.013)	(140.117)	(464.596)	(377.134)
Dívida líquida	414.573	686.143	734.978	3.052.426	3.248.512	3.239.930
Total do patrimônio líquido	458.614	234.439	234.439	458.614	399.705	399.705
Total do capital próprio e de terceiros	873.187	920.582	969.417	3.511.040	3.648.217	3.639.635
Índice de alavancagem financeira - %	47%	75%	76%	87%	89%	89%

3.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são revistas de maneira contínua e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, além de outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados realizados.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados:

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Administração utilizou o custo

total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC (R1) / IFRIC 12.

e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Controlada reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos pelo valor contábil, líquidos de perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. Para fins de divulgação, o valor justo das debêntures foi calculado com base em informações de mercado disponíveis, por meio da marcação a mercado (*mark-to-market*), conforme curvas de referência divulgadas pela ANBIMA.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros, por categoria, estão demonstrados a seguir:

	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado		
	Controladora	Controladora	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	265.470	1.196	3.701
	265.470	1.196	3.701
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures (Nota nº 14.1)	854.194	869.478	867.776
Fornecedores (Nota nº 13)	80	74	70
Outros passivos	464	-	-
	854.738	869.552	867.846

Ativos e Passivos mensurados ao valor justo

	Controladora	Controladora	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Aplicações financeiras (Nota nº 7)	140.117	96.529	73.013
Instrumentos derivativos	34.034	85.610	56.084
	174.151	182.139	152.613

Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado

	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	406.457	205.775	232.520
Contas a receber (Nota nº 8)	92.616	85.525	84.160
	499.073	291.300	316.680
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures (Nota nº 14.1)	3.582.100	3.953.430	3.854.818
Empréstimos (Nota nº 14.1)	50.934	51.063	-
Fornecedores (Nota nº 13)	54.239	46.158	268.757
Outros passivos	5.432	-	-
	3.692.705	4.050.651	4.123.575

Ativos e Passivos mensurados ao valor justo

	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Aplicações financeiras (Nota nº 7)	140.117	464.596	377.134
Instrumentos derivativos	34.034	85.610	56.084
	<u>174.151</u>	<u>550.206</u>	<u>433.218</u>

(i) Valor líquido do custo de transação.

Caso fosse adotado o critério de reconhecer as debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados se dariam conforme abaixo:

Controladora:

	Nível	Valor Justo		Valor contábil	
		31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Passivos					
Passivos Debêntures (Nota nº 14) (i)	Nível 2	908.052	935.731	881.529	878.901
		<u>908.052</u>	<u>935.731</u>	<u>881.529</u>	<u>878.901</u>

Consolidado:

	Nível	Valor Justo		Valor contábil	
		31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Passivos					
Debêntures (Nota nº 14) (i)	Nível 2	3.433.885	3.779.638	3.609.435	3.962.853
		<u>3.433.885</u>	<u>3.779.638</u>	<u>3.609.435</u>	<u>3.962.853</u>

Conforme definido pelo CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do Valor Justo, as mensurações de valor justo dos instrumentos financeiros divulgados pela Companhia são classificadas no Nível 2, por se basearem em dados observáveis de mercado.

A comparação entre os *spreads* contratuais e de mercado (ANBIMA) indica que o efeito de marcação a mercado não é expressivo, resultando em valores justos próximos dos valores contábeis.

5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia e sua Controlada mantêm seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025, os montantes dos ativos financeiros que possuem classificação externa de créditos estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Contra-partes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber				
Pedágios		-	90.204	82.971
Receitas acessórias		-	2.412	2.544
			92.616	85.515
Caixa e equivalentes de caixa				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Caixa geral, fundo de troco e numerários em trânsito		-	1.396	1.978
	-	-	1.396	1.978
Total contrapartes sem classificação externa de crédito	-	-	94.012	87.493
Contra-partes com classificação externa de crédito				
Bancos conta movimento	82	52	1.689	19.036
Caixa e equivalentes de caixa (i)	265.387	1.144	403.371	184.761
Conta Vinculada	140.117	96.529	140.117	464.596
Total contrapartes com classificação externa de crédito	405.586	97.725	545.177	668.393

A Companhia e sua Controlada estão sujeitas à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia e sua Controlada mantinham operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)	AAA.br	BB ¹
Banco BTG Pactual S.A.	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Santander S.A.	-	Aaa.br	brAAA
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco XP S.A.	AAA(bra)	-	brAAA

¹ Rating global

6 Caixa e equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Caixa Geral	-	-	5	5
Numerários em trânsito (i)	-	-	621	1.254
Fundo de Troco	-	-	770	719
Bancos conta movimento	82	52	1.689	19.036
Aplicações Financeiras (ii)	265.388	1.144	403.372	184.761
Total	265.470	1.196	406.457	205.775

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do exercício correspondente.
- (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 99,5% e 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Aplicações financeiras vinculadas (i)	140.117	96.529	140.117	464.596
	140.117	96.529	140.117	464.596
Circulante	-	-	-	368.067
Não circulante	140.117	96.529	140.117	96.529

- (i) A aplicação financeira vinculada da Controladora (conta vinculada), refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 1ª Emissão de Debêntures da Rodovias do Brasil Holding S.A., sendo que a Companhia deve depositar nessa conta recursos suficientes para atender ao Serviço da Dívida dos 12 meses subsequentes.

A aplicação financeira vinculada (conta pagamento ODTR11) da Controlada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2ª Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Controlada deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 96% do CDI. O saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foi utilizado para quitação das Debêntures ODTR11 em 15 de outubro de 2025.

8 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI") (i)	86.126	78.307
Receitas acessórias (ii)	2.412	2.554
Cartões de crédito e débito	2.663	2.018
Valor a receber do Poder Concedente	1.336	2.576
Outros	79	70
	92.616	85.525

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

- (ii) Em 2025, a Controlada procedeu à baixa de valores registrados no contas a receber de receitas acessórias, no valor de R\$ 154, reconhecida no resultado do exercício, em razão da inexistência de expectativa de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Controlada, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre o saldo das contas a receber.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Créditos a vencer	91.763	82.118
Créditos vencidos em até 60 dias	584	1.164
Créditos vencidos entre 61 e 90 dias	269	301
Créditos vencidos entre 91 e 180 dias	-	845
Créditos vencidos há mais de 181 dias	-	1.097
	<u>92.616</u>	<u>85.525</u>

9 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O saldo dos ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:

	Controladora				
	31/12/2025	Movimentação no Resultado	31/12/2024 (Reapresentado)	Movimentação no Resultado	01/01/2024 (Reapresentado)
Ativo não circulante					
Prejuízo fiscal e base negativa	3.471	(5.260)	8.731	3.011	5.720
Passivo não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	11.571	(17.535)	29.106	10.038	19.068
Tributos diferidos líquidos					
Tributos diferidos ativos	3.471	(5.260)	8.731	3.011	5.720
Tributos diferidos passivos	11.571	(17.535)	29.106	10.038	19.068
	<u>(8.100)</u>	<u>12.275</u>	<u>(20.375)</u>	<u>(7.027)</u>	<u>(13.348)</u>

A variação líquida dos impostos diferidos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2024 totaliza 12.275.

	31/12/2025	Consolidado Movimentação no Resultado	31/12/2024 (Reapresentado)
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base negativa	169.263	(48.339)	217.602
Provisão para contingências	14.735	3.384	11.351
Outras Provisões	968	581	387
Provisão para conserva especial	14.378	4.986	9.392
Participação nos lucros e resultados	1.884	(200)	2.084
Direito de Uso (IFRS 16)	15.558	(1.645)	17.203
Resultado diferido (CPC 47)	1.274	263	1.011
	218.060	(40.970)	259.030
Passivo não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	11.571	17.535	29.106
Amortização da outorga (curva de demanda)	60.672	317	60.989
Margem de construção	9.531	350	9.881
Encargos financeiros	-	194	194
Juros e encargos capitalizados	70.410	522	69.888
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	38.459	2.885	41.344
Passivo de Arrendamento (IFRS 16)	16.346	1.836	18.182
	206.989	22.595	229.584
	31/12/2025	Varição Líquida	31/12/2024 (Reapresentado)
Tributos diferidos líquidos			
Tributos diferidos ativos	218.060	(40.970)	259.030
Tributos diferidos passivos	(206.989)	22.595	(229.584)
	11.071	(18.375)	29.446

A variação líquida dos impostos diferidos do Consolidado em 31 de dezembro de 2025 quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2024 totalizou uma redução de R\$ 18.375, conforme Nota Explicativa nº 23.

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Controlada e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada.

10 Investimentos

No dia 11 de maio de 2021, o Fundo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (RDB Participações) e a Rodovias do Brasil, realizaram contrato de compra e venda de ações no valor fixo e irrevogável de R\$ 1.510.069, no qual o Fundo vendeu a totalidade de sua participação societária (85%) na Controlada Concessionária Rota das Bandeiras S.A. para a Rodovias do Brasil Holding S.A. O sumário das informações da empresa controlada está apresentado a seguir:

31/12/2025	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	244.194	3.772.973	270.322	2.765.979	980.866	335.485

31/12/2024	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	692.687	3.842.037	954.943	2.478.001	1.101.780	310.405

Segue a movimentação do exercício:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2023	876.244
Equivalência patrimonial	263.844
Dividendos	(51.000)
Juros sobre capital próprio	(152.574)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	<u>936.514</u>
Dividendos a receber	(328.100)
Juros sobre capital próprio	(59.840)
Equivalência patrimonial	<u>285.162</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>833.736</u>

11 Intangível e Ativo de Contrato (consolidado)

A movimentação do intangível e obras em andamento está demonstrada a seguir:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de Uso (c)	Softwares (d)	Total do intangível	Adiantamentos/ Estoque de Obras (e)	Ativo de Contrato (e)	Total
Custo do intangível e ativo de contrato								
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	3.892.358	1.337.239	96.701	6.140	5.332.438	1.924	89.883	5.424.245
Adições/reversão	3.318	-	50.194	218	53.730	11.873	146.857	212.460
Transferências/reclassificações	58.806	-	-	-	58.806	-	(58.806)	-
Baixas (g)	(477.016)	-	(90.249)	(2.213)	(569.479)	(4.976)	-	(574.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.477.466	1.337.239	56.646	4.145	4.875.496	8.821	177.934	5.062.251
Amortização acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	(1.173.426)	(520.412)	(46.103)	(5.187)	(1.745.128)	-	-	(1.745.128)
Amortizações	(155.721)	(45.665)	(21.365)	(639)	(223.389)	-	-	(223.380)
Transferências/reclassificações	9	-	-	-	9	-	-	-
Baixas (g)	477.016	-	56.580	2.214	535.810	-	-	535.810
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(852.122)	(566.077)	(10.887)	(3.612)	(1.432.698)	-	-	(1.432.698)
Intangível e ativo de contrato líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	2.718.932	816.827	50.598	953	3.587.310	1.924	89.883	3.679.117
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.625.344	771.162	45.759	533	3.442.798	8.821	177.934	3.629.553
Taxa de Amortização (a)	(b)	(c)	20%	-	-	-	-	

Rodovias do Brasil Holding S.A.
*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

Custo do intangível e ativo de contrato	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de Uso (c)	Softwares (d)	Total do intangível	Adiantamentos/ Estoque de Obras (e)	Ativo de Contrato (e)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.475.576	1.337.238	40.218	6.060	4.859.092	8.497	279.023	5.146.612
Adições/reversão	9.135	-	56.484	80	65.699	891	220.437	287.027
Transferências/reclassificações	409.577	-	-	-	409.577	-	(409.577)	-
Baixas (g)	(1.929)	-	-	-	(1.929)	(7.465)	-	(9.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	3.892.359	1.337.238	96.702	6.140	5.332.439	1.924	89.883	5.424.245
Amortização acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.036.533)	(475.908)	(24.237)	(4.321)	(1.540.999)	-	-	(1.540.999)
Amortizações	(138.822)	(44.503)	(21.867)	(866)	(206.058)	-	-	(206.058)
Baixas(g)	1.929	-	-	-	1.929	-	-	1.929
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	(1.173.426)	(520.411)	(46.104)	(5.187)	(1.745.128)	-	-	(1.745.128)
Intangível e ativo de contrato líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.439.043	861.330	15.981	1.739	3.318.093	8.497	287.520	3.305.613
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	2.718.932	816.827	50.598	953	3.587.310	1.924	91.807	3.679.116
Taxa de Amortização	(a)	(b)	(c)	20%	-	-	-	-

(a) Intangível – Infraestrutura

O Intangível refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas macroeconômicas. Para veículos e equipamentos operacionais, a amortização é realizada de forma linear conforme vida útil estimada pela agência reguladora (ARTESP).

Nesta rubrica estão contemplados custos destinados a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como, recuperação inicial da pavimentação, desapropriações, duplicações, dispositivos de segurança, implantação de faixas adicionais e vias marginais, obras de artes especiais, equipamentos, sistema de arrecadação de pedágio e ampliações, além de capitalização de custos com empréstimos.

As adições do período referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1)/ IFRIC 12 e OCPC 05, o montante do custo está majorado pela margem de construção, que foi estimada em 1%.

(b) Direito de outorga da concessão

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o exercício da concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um exercício por ele estabelecido em cada contrato.

(c) Direito de uso

O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06(R2) / IFRS 16, a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Nesta rubrica estão contemplados os contratos de arrendamentos de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram registrados no resultado do período contratos de passivo de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento nos montantes de R\$ 1.329 e R\$ 132, respectivamente.

Nesta rubrica estão contemplados os contratos de arrendamentos de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram registrados no resultado do exercício os contratos de passivo de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento no montante de R\$ 1.329 e R\$ 132, respectivamente.

(d) Softwares adquiridos de terceiros

Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Controlada e são amortizados pela vida útil, alocados no resultado do exercício.

- (e) Adiantamento de Fornecedores e Estoque de Obras
- (f) Ativo de Contrato

A Infraestrutura em construção (ativo de contrato) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo IFRS 15/ CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção (obras em andamento), registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o exercício de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras.

- (g) Baixa de custo e amortização acumulada de ativos totalmente depreciados, que não apresentavam expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, bem como consumo de materiais provenientes do estoque de obras e compensações relacionadas a adiantamentos a fornecedores.

12 Imobilizado (Consolidado)

	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10	470	52	4.295	4.827
Adições	5	-	-	1.285	1.290
Baixas	-	-	-	(1.243)	(1.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15	470	52	4.337	4.874
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(6)	(157)	(11)	(2.913)	(3.087)
Depreciação	(1)	(94)	(5)	(669)	(770)
Baixas	-	-	-	1.242	1.242
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(7)	(251)	(16)	(2.340)	(2.615)
Imobilizado líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4	313	41	1.382	1.740
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7	219	36	1.996	2.258
Taxa de depreciação - a.a.	10	20	10	20	
Custo do imobilizado					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	470	52	4.169	4.700
Adições	-	-	-	127	127
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10	470	52	4.295	4.827
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(5)	(63)	(6)	(2.255)	(2.329)
Depreciação	(1)	(94)	(5)	(658)	(758)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(6)	(157)	(11)	(2.913)	(3.087)
Imobilizado líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5	407	46	1.914	2.371
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4	313	41	1.382	1.740
Taxa de depreciação - a.a.	10	20	10	20	

13 Fornecedores

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia e sua Controlada:

	31/12/2025 Controladora	31/12/2024 (reapresentado) Controladora	31/12/2025 Consolidado	31/12/2024 (reapresentado) Consolidado
Fornecedores nacionais	80	74	54.239	46.158
	80	74	54.239	46.158
Passivo circulante	80	74	47.104	33.934
Passivo não circulante	-	-	7.135	12.224

14 Empréstimos e debêntures, e instrumentos financeiros derivativos

14.1 Empréstimos e debêntures (“dívida”)

As dívidas da Companhia e sua Controlada são compostas por recursos captados, principalmente, por meio de empréstimos bancários (Nota Comercial) e mercado de capitais (debêntures), denominadas em Real brasileiro (“R\$”). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição dos títulos de dívida da Companhia e sua Controlada está apresentada como segue:

	Taxa de juros efetiva(a.a.)	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2024 (reapresentado)
Empréstimos e Debêntures					
1ª Emissão Debêntures ODTR11 (a)	IPCA + 6,70%	-	-	-	376.734
2ª Emissão Debêntures CBAN (a)	IPCA + 5,0% / IPCA + 5,2% / CDI + 2,0%	-	2.955.624	-	2.969.610
1ª Emissão Debêntures RODB11 (b)	CDI+4,25%	861.529	861.529	878.903	878.903
		(7.335)	(235.409)	(9.425)	(271.817)
(-) Custos de captação					
		854.194	3.581.744	869.478	3.953.430
Empréstimos - Nota Comercial (c)	CDI+0,70%	-	51.290	-	51.063
		854.194	3.633.034	869.478	4.004.493
Passivo circulante		79.499	188.562	38.706	802.666
Passivo não circulante		774.695	3.444.472	830.772	3.201.827

O montante das operações das Debêntures e Empréstimos de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Controladora						
31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024 (reapresentado)			
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2027	120.632	(1.131)	119.501	129.010	(1.447)	127.563
2028	138.960	(1.303)	137.657	104.974	(1.178)	103.796
2029	142.781	(1.339)	141.442	127.135	(1.426)	125.709
2030	379.657	(3.561)	376.096	132.150	(1.482)	130.668
2031 em diante	-	-	-	346.927	(3.892)	343.036
	782.030	(7.334)	774.696	840.197	(9.425)	830.772

Consolidado						
31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024 (reapresentado)			
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2027	319.407	(47.956)	271.452	390.276	(59.407)	330.869
2028	470.773	(45.133)	425.640	373.248	(50.174)	323.076
2029	516.196	(40.297)	475.899	390.298	(42.782)	347.514
2030	806.141	(36.199)	769.942	410.721	(36.464)	374.256
2031 em diante	1.556.186	(54.645)	1.501.541	1.884.741	(58.630)	1.826.113
	3.668.703	(224.230)	3.444.473	3.449.284	(247.457)	3.201.827

A movimentação dos títulos de dívida da Companhia e sua Controlada está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Saldo inicial	869.478	867.776	4.004.493	3.905.672
Pagamento principal de empréstimos e debêntures	(21.543)	-	(384.384)	(126.199)
Juros e atualizações provisionados de debêntures e empréstimos	156.119	129.631	502.722	481.266
Nota comercial	-	-	50.000	50.000
Pagamento de encargo de dívida	(151.950)	(130.131)	(576.205)	(366.436)
Constituição custo de transação	-	-	(8.588)	-
Amortização dos custos de captação	2.090	2.202	44.996	60.190
Saldo final	854.194	869.478	3.633.034	4.004.493

a. Debêntures - Concessionária Rota das Bandeiras

Em 27 de maio de 2019, mediante o terceiro aditamento da escritura das Debêntures simples ODTR11, consignou a Controlada todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Controlada, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11. Em contrapartida a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitado.

Em 15 de novembro de 2019, a Controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos

e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

Conforme obrigação escritural da Debênture CBAN 2ª emissão, a Controlada deve realizar pagamentos semestrais e consecutivos de juros remuneratórios, até o prazo de liquidação.

Em janeiro de 2025 a Controlada liquidou parcelas da Debênture CBAN 2ª emissão no montante de R\$ 210.062, sendo R\$ 109.083 de principal e R\$ 100.979 de remunerações.

Em 29 de abril de 2025 a Controlada mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, a Controlada aprovou a realização de Assembleia Geral de Debenturistas, para reperfilamento da curva de amortização das debêntures CBAN 2ª série, além da alteração da data de vencimento de 15 de julho de 2027 para 15 de julho de 2032.

Em 15 de julho de 2025, a Controlada liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R\$ 107.007, sendo R\$ 6.309 de principal e R\$ 100.698 de remunerações.

Em 15 de outubro de 2025, a Controlada liquidou integralmente as Debêntures ODTR11, com a quitação do saldo devedor no montante de R\$ 412.303, sendo R\$ 197.450 de principal e R\$ 214.853 referente a juros e atualizações monetárias.

A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Novembro-13	ODTR 1ª série	300.000	Outubro-25	IPCA + 6,70%	-	376.734
Dezembro-19	CBAN 1ª série	859.479	Até julho-34	IPCA + 5,0%	1.355.402	1.301.841
Dezembro-19	CBAN 2ª série	700.000	Até julho-32 ¹	CDI + 2,0%	636.709	742.339
Dezembro-19	CBAN 3ª série	240.771	Até julho-34	IPCA + 5,2%	381.554	366.473
Dezembro-19	CBAN 5ª série	199.750	Até julho-34	IPCA + 5,2%	316.547	304.036
Dezembro-19	CBAN 7ª série	167.482	Até julho-34	IPCA + 5,2%	265.412	254.921
					2.955.624	3.346.344

¹ Vencimento postergado pelo reperfilamento ocorrido em 29 de abril de 2025, conforme detalhado em nota acima. Em 31/12/2024 (reapresentado) o vencimento era 15 julho de 2027.

O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão é amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, com início em 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 é realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, foi realizado em uma única parcela em 15 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de amortização da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries CBAN		Datas de amortização da 2ª série CBAN		Datas de amortização da 1ª série ODTR11	
	(i)		(ii)		(iii)
Jul/22	0,25%	Jul/22	1,00%	Out/25	100,00%
Jan/23	0,13%	Jan/23	0,50%	-	-
Jul/23	0,13%	Jul/23	0,50%	-	-
Jan/24	0,13%	Jan/24	4,50%	-	-
Jul/24	0,13%	Jul/24	4,50%	-	-
Jan/25	0,13%	Jan/25	13,50%	-	-
Jul/25	0,13%	Jul/25	0,50%	-	-
Jan/26	0,25%	Jan/26	0,50%	-	-
Jul/26	0,25%	Jul/26	0,50%	-	-
Jan/27	0,25%	Jan/27	1,00%	-	-
Jul/27	0,25%	Jul/27	1,00%	-	-
Jan/28	6,00%	Jan/28	1,00%	-	-
Jul/28	6,00%	Jul/28	1,00%	-	-
Jan/29	6,50%	Jan/29	4,00%	-	-
Jul/29	6,50%	Jul/29	4,00%	-	-
Jan/30	6,75%	Jan/30	9,00%	-	-
Jul/30	6,75%	Jul/30	9,00%	-	-
Jan/31	6,75%	Jan/31	10,00%	-	-
Jul/31	6,75%	Jul/31	10,00%	-	-
Jan/32	6,75%	Jan/32	12,00%	-	-
Jul/32	6,75%	Jul/32	12,00%	-	-
Jan/33	7,00%	-	-	-	-
Jul/33	7,00%	-	-	-	-
Jan/34	9,25%	-	-	-	-
Jul/34	9,25%	-	-	-	-

- (i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª série a ser amortizado;
- (iii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da 1ª série foi integralmente amortizado em outubro de 2025.
- (iv) Debêntures – Rodovias do Brasil

Em 18 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000, o vencimento das debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030. Conforme contrato de *swap* com o banco BTG Pactual S.A. foi firmado a troca dos parâmetros de atualização da debênture RODB11 de DI + 4,25% a.a. para IPCA + 8,00%a.a.

Liberação	Série	Valor da emissão	Encargos (% a.a.)	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Mai-21	RODB11 1ª série	600.000	CDI + 4,25%	Maio-30	861.529	878.903
					861.529	878.903

b. Custo de captação de debêntures

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (“TIR”) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2024 (reapresentado)
Saldos no início do exercício	9.425	271.817	11.627	332.007
Constituição de Transação	-	8.588	-	-
(-) Amortizações	(2.090)	(44.996)	(2.202)	(60.190)
Saldo no final do exercício	7.335	235.409	9.425	271.817
Passivo circulante	-	11.178	-	24.360
Passivo não circulante	7.335	224.231	9.425	247.457

c. Empréstimos

Em 28 de outubro de 2025, a Controlada realizou a 2ª emissão de Nota Comercial Escritural, em série única, em favor do Banco Bradesco S.A., no valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 28 de outubro de 2027 à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 0,70% a.a., calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis. Não há constituição de garantias.

Nesta mesma data, a Controlada realizou o pagamento e liquidação da 1ª emissão da Nota

Comercial Escritural, em favor do banco ABC Brasil S.A., no montante total de R\$ 57.724, sendo R\$ 50.000 de principal e R\$ 7.724 de juros.

d. Garantias vigentes

As garantias constituídas pela Controlada são:

(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Controlada. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva.

e. Principais compromissos assumidos (“covenants”)

Todas as cláusulas restritivas da Controlada e Controladora foram cumpridas em 31 de dezembro de 2025.

Para a Controlada: As cláusulas restritivas estabelecidas na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures CBAN referem-se a indicadores financeiros de ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, que devem ser apurados semestralmente. A referida escritura não faz menção ou referência específica ao passivo de arrendamento para fins de apuração desses indicadores. Em 31 de dezembro de 2025, foram apurados no exercício, 2,59x e 2,50x referente ao ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para o exercício são:

- ICSD: maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos);
- Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 3,0 (três inteiros).

O valor contábil do passivo relacionado a essa emissão é de R\$ 2.955.624.

Para a Controladora: Para as Debêntures RODB da 1ª emissão, foram apurados no exercício, 4,61x e 2,87x referentes ao ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para o exercício são:

- ✓ ICSD: maior ou igual a 1,30 (um inteiro e três décimos);
- ✓ Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco décimos).

14.2 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas de juros e inflação. Como parte da estratégia de proteção a Companhia contratou swap com o objetivo de proteção econômica e financeira para as debêntures emitidas pela Controladora. Este *swap* troca integralmente a exposição dos fluxos de caixa das debêntures, sendo assim, a Companhia recebe a taxa DI + 4,25% a.a. e paga à contraparte (BTG Pactual) a taxa IPCA + 8,00% a.a. Essa operação não foi designada como *hedge accounting*. Em 31 de

dezembro de 2025, o valor justo do swap era de R\$ 34.034, e em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado) era de R\$ 85.610, e em 01 de janeiro de 2024 (reapresentado) era de R\$ 56.084.

15 Passivo de arrendamento

	<u>Consolidado</u>			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	1.458	50.860	1.158	53.476
Adições	-	43.512	4.422	47.934
Revisão de Contratos	48	1.951	259	2.258
Baixas	(291)	(20.139)	(3.670)	(24.100)
Contratos encerrados	-	(36.215)	(98)	(36.313)
Apropriação de juros	90	4.559	172	4.821
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.305	44.528	2.341	48.076
Passivo circulante	504	17.190	866	18.560
Passivo não circulante	801	27.338	1.377	29.516

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros incremental de 10,76% a.a.

	<u>Consolidado</u>			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323	12.327	3.226	15.876
Adições	877	53.797	113	54.787
Revisão de Contratos	68	1.275	548	1.891
Baixas	(268)	(20.019)	(2.965)	(23.252)
Apropriação de juros	75	3.480	235	3.790
Desmobilização	384	-	-	384
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	1.458	50.860	1.158	53.476
Passivo circulante	580	20.206	460	21.246
Passivo não circulante	879	30.654	697	32.230

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros incremental de 10,60% a.a.

16 Provisão para demandas judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

16.1 Provisão para demandas e passivos contingentes

A Controlada é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Controlada, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas a seguir:

	<u>Consolidado</u>				
	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórias	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	2.247	14.910	307	15.921	33.385
Constituição	1.352	9.168	24	11.445	21.989
Reversão	(1.984)	(6.600)	(331)	(3.122)	(12.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>1.615</u>	<u>17.478</u>	<u>-</u>	<u>24.244</u>	<u>43.337</u>

	<u>Consolidado</u>				
	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórias	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.415	12.962	286	14.556	30.219
Constituição	2.232	8.327	21	3.580	14.160
Reversão	(2.400)	(6.379)	-	(2.215)	(10.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	<u>2.247</u>	<u>14.910</u>	<u>307</u>	<u>15.921</u>	<u>33.385</u>

Processos cíveis

De forma abrangente, os principais processos judiciais de natureza cível envolvem ações indenizatórias de discussões sobre acidentes ocorridos nos trechos sob administração da concessionária, ações civis públicas de aplicações de multas, além de cobrança de honorários advocatícios contratuais.

Processos regulatórios

Nesta natureza, os principais processos tratam de discussões sobre reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em caso de perda, a Controlada fica responsável por pagar os honorários de sucumbência, além de ações anulatórias de sanções administrativas.

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Controlada.

16.2 Processos com classificação de riscos possíveis

A Controlada também possui ações de naturezas cível, trabalhista, regulatória e tributária, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. O quadro abaixo apresenta os montantes para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme prevê o CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37):

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Contingências trabalhistas e previdenciárias	9.865	11.988
Reclamações cíveis	152.332	46.835
Contingências regulatórias	12.410	11.638
Contingências tributárias	67.901	67.511
	<u>242.508</u>	<u>137.972</u>

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a:

Processos cíveis

Em 17 de outubro de 2024, a Controlada foi notificada pelo Núcleo de Fiscalização da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo. O órgão fiscalizador pretende atribuir à Controlada a obrigação de pagamento de sanção pecuniária, fundamentada na alegada ocupação irregular de área pertencente à União Federal. A acusação se baseia na realização indevida das obras do Anel Viário de Campinas, incluindo a construção de acessos marginais e a ampliação da Rodovia Dom Pedro I - Trevo dos Amarais, em uma área do imóvel da União, sem a devida formalização de autorização prévia ou regularização junto à SPU.

A Controlada apresentou defesa administrativa tempestiva, fundamentada no fato das obras realizadas pela CRB no terreno da União terem ocorrido exclusivamente após obtenção das autorizações formais, em conformidade com as Portarias nº 14.851/2019 e nº 5.268/2020 publicadas pela SPU antes do início das obras, e portanto, acredita no arquivamento do processo.

Existem outros processos judiciais de ações indenizatórias por acidentes fatais ou ainda choque contra objetos ou animais na pista, ação declaratória de restituição de garantias e discussão sobre faixa de domínio.

Processos tributários

A Controlada foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação

reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. (“OTPP”), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Controlada protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

A administração reforça que segue com o acompanhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, monitorando possíveis impactos da decisão do STF que pode anular "trânsito em julgado", reforçando que até o presente momento não existem impactos à Rodovias do Brasil Holding S.A. e sua Controlada.

A Controlada apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16.3.

Processos regulatórios

A Controlada está envolvida em ações judiciais no âmbito regulatório, que se referem, principalmente, a pleitos e/ou contestações junto ao órgão regulador (ARTESP).

Com base na avaliação dos assessores jurídicos, essas ações são classificadas como possíveis. Caso haja decisões desfavoráveis, a Controlada poderá incorrer em custos relacionados aos honorários sucumbenciais, para os quais existem incertezas relacionadas a mensuração.

A Administração da Controlada monitora constantemente a evolução desses processos e adota as medidas cabíveis com o intuito de mitigar eventuais impactos financeiros.

16.3 Depósitos judiciais

Consolidado

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	756	4.066	105.395	790	111.007
Adições	27	289	372	-	688
Baixas	(206)	-	-	-	(206)
Atualização monetária	48	170	9.793	32	10.043
Saldos em 31 de dezembro de 2025	625	4.525	115.560	822	121.532

- (i) Em 03 de agosto de 2018, a Controlada entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes.

Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Controlada mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o exercício findo em 30 de setembro de 2025, não houve atualização para esse processo.

17 Provisão de conserva especial (Consolidado)

a. Composição

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Provisão de conserva especial	42.289	27.623
	42.289	27.623
Passivo circulante	27.933	-
Passivo não circulante	14.356	27.623

	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2023
Provisão de conserva especial	27.623	11.205
	27.623	11.205

c. Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Saldo no início do exercício	27.623	11.205
Constituição de conserva especial, líquida de AVP	61.310	59.391
Baixa de conserva especial	(46.644)	(42.973)
Saldos final do exercício	42.289	27.623

	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2023
Saldos no início do exercício	11.205	7.224
Constituição de conserva especial, líquida de AVP	59.391	79.044
Baixa de conserva especial	(42.973)	(75.063)
Saldos final do exercício	27.623	11.205

Em 31 de dezembro de 2025, a Controlada apresenta o saldo de R\$ 42.289 e em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 27.623, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o exercício de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 10,76% a.a e 10,60% a.a em 31 de dezembro de 2024.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia está representado por 928.270.206 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Nº ações	%	Total
RdB Participações F.I.P Multiestratégia	928.270.205	99,9	928.270.205
MIC Capital Management 25 RSC LTD	1	0,01	1
	<u>928.270.206</u>	<u>100</u>	<u>928.270.206</u>

b. Lucro básico e diluído por ação

O Lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o exercício:

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	180.163	211.873	112.271
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	928.270	928.270	928.270
Lucro básico por lote de mil ações ¹	0,19	0,23	0,12

¹ Lucro básico demonstrado em reais.

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

c. Transação de Capital

Trata-se do resultado da combinação de negócios sob controle comum, de acordo com o ICPC 09, reconhecido como transação de capital no patrimônio líquido na linha de transação de capital no valor total de R\$ 763.852.

d. Dividendos

Em 11 de junho de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 20.000, pagos em 12 de junho de 2025.

Em 23 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 6.000, pagos em 26 de dezembro de 2025.

e. Reserva legal

A Companhia constituiu sua reserva legal nos termos da lei societária no valor de R\$ 9.008 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 9.152 em 31 de dezembro de 2024.

A Constituição da Reserva e dos Dividendos mínimos obrigatórios estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	180.163	211.873
Compensação de prejuízo	-	(28.829)
Constituição de reserva legal (5%)	(9.008)	(9.152)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	171.155	173.892
Dividendos mínimos obrigatórios (20%)	34.231	34.778
Total dividendos pagos	(26.000)	(16.424)
Saldo de dividendos a pagar	8.231	18.354

f. Reserva de retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal e a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 20%, nos termos da legislação societária, a Companhia registrou saldo remanescente de R\$ 276.036, que será objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO).

19 Receita líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> <u>(reapresentado)</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas em numerários	66.368	91.663
Receita de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	1.145.963	987.184
Receitas de vale pedágio (iii)	1.247	33.834
Receitas acessórias	23.787	21.264
Receita cartão de crédito e débito (iv)	96.092	74.349
	<u>1.333.457</u>	<u>1.208.294</u>
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	150.175	229.572
	<u>1.483.632</u>	<u>1.437.866</u>
Tributos sobre serviços de operação	(112.408)	(101.301)
	<u>1.371.224</u>	<u>1.336.565</u>

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Controlada reconheceu R\$ 150.175 e R\$ 229.572, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1)/ IFRIC 12 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Controlada utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;
- (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. Conforme resolução da ANTT nº 6.024, de 3 de agosto de 2023 e do Ofício Circular SEI nº 5230/2024/GERET/SUROC/DIR-ANTT, os meios de pagamento de Vale Pedágio foram desabilitados a partir de 31 de janeiro de 2025, passando a ser realizados por utilização da tecnologia de detecção de tag, com liberação automática nas vias.
- (iv) Com o objetivo de promover maior eficiência operacional e comodidade aos usuários das rodovias, a Controlada adota o sistema de pagamento de pedágio por meio de cartões de crédito e débito com tecnologia de aproximação.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

20 Custos e Despesas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Salários e encargos	(792)	(396)
Serviços de terceiros	(1.504)	(809)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(310)	(19)
Outros custos e despesas, líquidas	(86)	(35)
	(2.692)	(1.259)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Custo de construção ICPC 01-R1	(148.674)	(227.276)
Depreciação e amortização	(224.151)	(206.815)
Provisão para conserva especial e manutenção	(47.889)	(51.730)
Salários e encargos	(64.422)	(58.945)
Serviços de terceiros	(34.233)	(29.498)
Materiais e equipamentos	(13.933)	(14.403)
Outorga variável da concessão	(20.026)	(18.247)
Indenizações cíveis	(1.684)	(3.214)
Provisão para demandas judiciais (i)	(9.952)	(3.166)
Seguros	(4.707)	(4.860)
Outros custos e despesas, líquidas	(21.902)	(20.864)
	(591.573)	639.018

Classificação por função

Custo dos serviços prestados	(537.149)	(600.583)
Despesas gerais e administrativas	(54.270)	(38.435)
Perdas de créditos esperadas	(154)	-
Total	(591.573)	(639.018)

21 Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	20.153	9.690	83.666	64.917
Varição monetária de depósitos judiciais	-	-	10.056	7.798
Instrumentos financeiros derivativos	49.767	90.487	49.767	90.487
Tributos sobre receitas financeiras	(6.651)	(11.849)	(6.651)	(11.849)
Outras receitas financeiras	3.843	795	8.476	3.586
	67.112	89.123	145.314	154.939
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(156.119)	(129.631)	(327.598)	(354.950)
Instrumentos financeiros derivativos	(23.158)	(504)	(23.158)	(504)
Juros sobre empréstimos	-	-	(7.951)	(6.331)
Custos de transação de dívidas	(2.090)	(2.202)	(44.890)	(59.949)
(-) Capitalização de encargos financeiros de dívidas	-	-	12.263	43.715
Custos de transação de empréstimos	-	-	(32)	(241)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(167.172)	(119.985)
Passivo de arrendamento	-	-	(4.821)	(3.795)
Comissões e despesas bancárias	-	-	(3.365)	(3.134)
Ajuste a valor presente	-	-	(13.421)	(7.661)
Outras	(327)	(471)	(601)	(2.699)
	(181.694)	(132.808)	(580.746)	(515.534)
Resultado financeiro, líquido	(114.582)	(43.685)	(435.432)	(360.597)

A seguir demonstramos a reconciliação de juros, atualizações monetárias e custo de transação, sobre debêntures, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como a capitalização de juros no ativo de contrato e o resultado financeiro:

Controladora

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Juros e encargos sobre debêntures (Nota nº 14 (e))	(156.119)	(129.631)
Custos de transação sobre debêntures (Nota nº 14 (e))	(2.090)	(2.202)
Total de juros e encargos sobre debêntures	(158.209)	(131.833)

Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Juros e encargos sobre debêntures (Nota nº 14 (e))	(494.770)	(474.935)
Custos de transação sobre debêntures (Nota nº 14 (e))	(44.890)	(59.949)
Total de juros e encargos sobre debêntures	(539.660)	(534.884)
Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	12.387	44.156
(-) Margem de construção ICPC 01 ativo de contrato	(124)	(441)
Total de despesas de juros, encargos e custo de transação	(527.397)	(491.169)
Juros sobre debêntures	(327.598)	(354.950)
Atualização monetária sobre debêntures	(167.172)	(119.985)
Custos de transação sobre debêntures	(44.890)	(59.949)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	12.263	43.715
Total de reconciliação de juros, encargos e custo de transação	-	-

22 Outras receitas e (despesas), líquidas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Venda de ativo	201	1952
Indenizações (i)	339	5.700
Outras receitas	1.073	500
	1.613	8.152
Baixa do ativo imobilizado	(1)	-
Reversão / Baixa líquida de arrendamento - CPC 06 (R2) / IFRS 16	2.647	(194)
Outras despesas com tributos	(98)	(134)
	2.548	(328)
	4.161	7.824

(i) Receitas de indenizações no exercício de 2024 representa majoritariamente o recebimento de sinistro, devido a erosão de taludes das Rodovias SP-063, SP-065, SP-332 e SP-360.

23 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

A Companhia não apresentou Imposto de Renda e Contribuição social. Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Resultado antes dos impostos	167.888	218.900	348.380	344.744
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(57.082)	(74.426)	(118.449)	(117.223)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	(11.300)	(11.172)	(9.267)	(11.284)
Incentivos fiscais	-	-	2.184	4.173
Resultado de equivalência patrimonial	96.955	89.707	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	23.936	49.130
Ativo fiscal diferido não reconhecido sobre prejuízo fiscal	(16.298)	(11.136)	(16.298)	(13.525)

Efeito IR e CSLL no resultado	12.275	(7.027)	(117.894)	(86.340)
IR e CSLL corrente	-	-	(99.519)	(53.007)
IR e CSLL diferido	12.275	(7.027)	(18.375)	(19.279)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	-	-	(117.894)	(86.340)
Alíquota Efetiva	-	-	33,84%	25,04%

24 Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa cujos ajustes foram efetuados nas demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Seguem as principais transações não caixa ocorridas no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos e financiamentos:				
Investimentos				
Adições de ativo intangível	-	-	10.380	-
Adições de direito de uso (arrendamento) (i)	-	-	50.192	54.787
Juros capitalizados	-	-	12.263	43.715
Financiamentos				
Juros sobre capital próprio deliberados e não pagos	-	-	4.259	13.690
Dividendos a pagar	26.584	18.778	26.584	18.778
Total	26.584	18.778	103.678	130.970

(i) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento (NE 15)

25 Partes relacionadas

O quadro a seguir representa os saldos das transações relevantes com partes relacionadas nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo de 31 de dezembro de 2024, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados seguir:

Juros sobre capital próprio	Controlada
Saldo a Receber em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	75.574
Recebimento de JCP em 21 de janeiro de 2025	(3.400)
Recebimento de JCP em 05 de maio de 2025	(72.174)
Provisionado JCP em 29 de setembro de 2025	26.733
Recebimento de JCP em 20 de outubro de 2025	(26.733)
Provisionado JCP em 23 de dezembro de 2025	24.132
Saldo a Receber em 31 de dezembro de 2025	24.132

Dividendos	Controlada
Saldo a Receber em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	-
Provisionado dividendos em 29 de abril de 2025	18.700
Recebimento de dividendos em 05 de maio de 2025	(18.700)
Provisionado dividendos em 29 de setembro de 2025	277.950
Recebimento de dividendos em 20 de outubro de 2025	(192.950)
Recebimento de dividendos em 22 de dezembro de 2025	(85.000)
Provisionado dividendos em 23 de dezembro de 2025	31.450
Recebimento de dividendos em 29 de dezembro de 2025	(31.450)
Saldo a Receber em 31 de dezembro de 2025	-

Dividendos a pagar	RDB FIP
Saldo a Pagar em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	18.778
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	34.231
Pagamento dividendos em 12 de junho de 2025	(20.425)
Pagamento dividendos em 26 de dezembro de 2025	(6.000)
Saldo a Pagar em 31 de dezembro de 2025	26.584

26 Honorários da administração

A remuneração paga aos Administradores Estatutários e Membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Remunerações	660	330	3.702	3.035
Encargos	132	66	740	607
Benefícios (i)	-	-	178	166
	792	396	4.620	3.808

Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

27 Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Participação sobre os lucros e/ou resultados(i)	-	-	5.540	6.128
Outros benefícios	-	-	154	190
Encargos sociais	14	6	1.807	1.544
Provisão para férias e encargos	-	-	4.515	4.076
	14	6	12.016	11.938

28 Obrigações tributárias e Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Obrigações fiscais federais				
Impostos retidos na fonte	23	6	6.662	14.774
CSLL a recolher (i)	-	-	498	-
PIS a recolher	493	1473	1.253	2.186
COFINS a recolher	2.319	6.795	5.871	10.153
	2.835	8.274	14.284	27.113
Obrigações fiscais municipais				
ISS retido na fonte	-	-	1.355	-
ISS a recolher	-	-	7.690	7.565
	-	-	9.045	7.565
	2.835	8.274	23.329	34.678
Passivo circulante	2.835	8.274	21.471	33.194

Passivo não circulante - - **1.858** **1.484**

- (i) No exercício de fevereiro a dezembro de 2025 a Controlada quitou o montante de R\$ 99.117 a título de IRPJ e CSLL referente as antecipações por estimativa mensal. Em razão da apuração de ajuste anual, o valor devido destes impostos totalizou R\$ 99.519, restando um saldo a recolher de R\$ 498 de CSLL. Para o IRPJ, após compensação de impostos retidos, foi apurado um saldo negativo de R\$ 96.

29 Seguros

A Controlada mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração da Controlada para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros de acordo com os corretores de seguros contratados pela Controlada estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo Responsabilidade
		De	Até	
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2025	30/04/2026	31
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2025	29/12/2027	11.212
Risco de Engenharia	Mapfre Seguros Gerais S/A	14/03/2025	31/12/2027	489.500
Risco Operacional	Chubb Seguros Brasil S.A.	29/06/2025	29/12/2026	360.000
Seguro de Riscos Administrativos D & O	Axa Seguros S/A	01/12/2025	01/06/2027	40.000
Seguro de Veículo*	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/09/2025	30/09/2026	-
Seguro Garantia Judicial	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	20/09/2022	10/07/2030	9.963
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S. A.	06/04/2023	20/10/2030	333.750
Seguro Garantia Judicial	Avla Seguros Brasil S.A.	23/04/2025	06/05/2030	6.692

- (*) Valor de mercado referenciado do veículo que corresponde a 100% do valor constante na tabela FIPE-USP.

30 Eventos subsequentes

Debêntures Controlada

Em 15 de janeiro de 2026, a Controlada liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R\$ 118.031, sendo R\$ 8.678 de principal e R\$ 109.353 de remunerações.

Redução de Capital

Em 11 de março de 2026, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução de Capital da Companhia no valor de R\$ 100.000 (cem milhões de reais) em dinheiro, sem o cancelamento de ações, com efeitos a partir de seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Diretoria executiva

Leonardo Armando Yamamoto

Diretor Presidente

André de Paula Yusiasu

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Erika Caleia

CRC/RJ-099696/O

Contadora